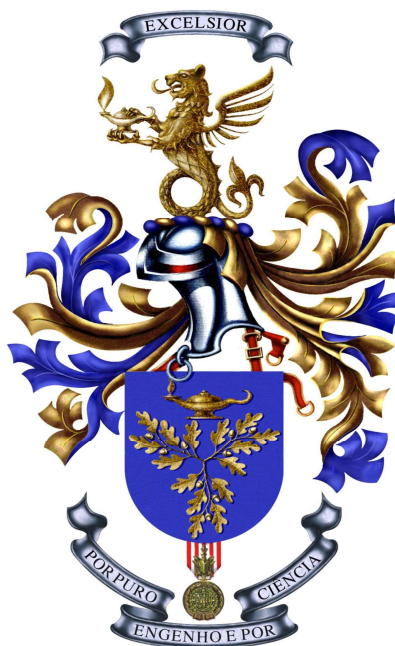


**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2020/2021**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

A COOPERAÇÃO BRASILEIRA NO FOMENTO DA SEGURANÇA E DA ESTABILIDADE NO ATLÂNTICO SUL.

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA MARINHA DO BRASIL.

**Stewart da Paixão Gomes
Capitão-de-mar-e-guerra (Fuzileiro Naval)**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A COOPERAÇÃO BRASILEIRA NO FOMENTO DA
SEGURANÇA E DA ESTABILIDADE NO ATLÂNTICO SUL.

CMG (FN) Stewart da Paixão Gomes

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2020/2021

Pedrouços 2021



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A COOPERAÇÃO BRASILEIRA NO FOMENTO DA
SEGURANÇA E DA ESTABILIDADE NO ATLÂNTICO SUL.

CMG FN Stewart da Paixão Gomes

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2020/2021

Orientador: CMG M Nuno Filipe Cortes Lopes

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Stewart da Paixão Gomes**, declaro por minha honra que o documento intitulado “A cooperação brasileira no fomento da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do Curso de Promoção a Oficial General 2020/2021 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 06 de maio de 2021.

Stewart da Paixão Gomes
Capitão-de-mar-e-guerra (Fuzileiro Naval)



Agradecimentos

A meus pais, pela vida e por todos os ensinamentos e exemplos que moldaram meu caráter e me ajudaram na jornada que tenho percorrido.

À Marinha do Brasil, por me ter brindado com a oportunidade de vir a este belo país, Portugal, e ombrear com tão nobres camaradas esse significativo momento de nossas carreiras militares.

Às Forças Armadas Portuguesas, pela acolhida no Instituto Universitário Militar e por todo o conhecimento aqui compartilhado.

A meus filhos, Mateus e Pedro, pela alegria com que preenchem minha vida.

A minha Marcia, que com amor infinito me tem presenteado apoio incondicional na busca de meus sonhos.

A meu orientador, digníssimo Capitão-de-Mar-e-Guerra Nuno Filipe Cortes Lopes, e meu apoiante na metodologia científica, Tenente-Coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro, pela paciência e objetividade com que buscaram me ajudar nesta investigação.



Índice

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 01 |
| 2. Enquadramento teórico e conceptual | 05 |
| 2.1 A segurança e estabilidade no Atlântico Sul | 05 |
| 2.2 A cooperação regional militar | 06 |
| 2.3 O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil..... | 08 |
| 2.4 Modelo de análise | 10 |
| 3. Metodologia e método | 11 |
| 3.1 Metodologia | 11 |
| 3.2 Método | 11 |
| 3.2.1 Participantes e procedimentos | 11 |
| 3.2.2 Instrumentos de recolha | 12 |
| 3.2.3 Técnicas de análise | 13 |
| 4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados | 14 |
| 4.1 Os interesses estratégicos brasileiros no Atlântico Sul..... | 14 |
| 4.1.1 A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa brasileiras | 14 |
| 4.1.2 A Nova Política Externa Brasileira para a África | 15 |
| 4.1.3 A cooperação para a defesa na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.. | 17 |
| 4.1.4 Síntese Conclusiva e resposta à QD1 | 19 |
| 4.2 A cooperação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil em África...20 | |
| 4.2.1 Grupo de Assessoria Técnica de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe | 21 |
| 4.2.2 Síntese conclusiva e resposta à QD2..... | 24 |
| 4.3 A segurança e estabilidade no Atlântico Sul e resposta à QC..... | 25 |
| 5. Conclusões | 28 |
| Referências bibliográficas | 31 |

Índice de Anexos

Anexo A - Apêndice A do artigo submetido para publicação “*O surgimento do Corpo de Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe*”, autor Arilson de Oliveira Filho.....Anx A-1

Índice de Apêndices

Apêndice A - Corpo de Conceitos Apd A-1 |

Apêndice B - Arquitetura da Segurança Marítima no Golfo da Guiné..... Apd B-1 |

Apêndice C - Guiões das entrevistas semiestruturadas Apd C-1 |



| | |
|--|---------|
| Apêndice D - Matriz de análise de conteúdo | Apd D-1 |
| Apêndice E - Vagas em cursos da Marinha do Brasil disponibilizadas a países africanos... | Apd E-1 |

Índice de Figuras

| | |
|---|---------|
| Figura 1 - LCM no Atlântico Sul | 01 |
| Figura 2 - O Mar e sua relação com o desenvolvimento | 02 |
| Figura 3 - Exportações de Estados costeiros da África Subsaariana | 02 |
| Figura 4 - Participação da China em Missões de Paz da ONU | 18 |
| Figura 5 - Importações e exportações africanas 2013-2019 | 19 |
| Figura 6 - Arquitetura de Yaoundé para a Segurança Marítima no Golfo da Guiné | Apd B-1 |
| Figura 7 - Zonas Operacionais Marítimas do Golfo da Guiné (Arquitetura de Yaoundé)... | Apd B-1 |

Índice de Quadros

| | |
|--|---------|
| Quadro 1 - Modelo de Análise | 10 |
| Quadro 2 - Lista de entrevistados | 12 |
| Quadro 3 - Matriz de análise de conteúdo das entrevistas | Apd D-1 |
| Quadro 4 - Vagas em cursos da Marinha do Brasil disponibilizadas a países africanos .. | Apd E-1 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Objetivos da investigação | 03 |
| Tabela 2 - Questões de Investigação | 03 |



Resumo

A cooperação naval é um dos vetores para o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul que possibilita aos Estados condições para garantirem sua estabilidade e segurança, fatores determinantes para o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, a cooperação técnica entre os Fuzileiros Navais do Brasil e de São Tomé e Príncipe tem contribuído para o fortalecimento da Guarda Costeira daquele país, aportando capacidades para o desenvolvimento do Estado santomense, o que reforça os laços de confiança entre os integrantes da região.

Com o objetivo de analisar os contributos dessa cooperação para o fomento da segurança e estabilidade no Atlântico Sul, este trabalho segue um raciocínio indutivo por meio de um estudo de caso, assente em uma estratégia qualitativa, no sentido de identificar os interesses estratégicos brasileiros na região e analisar, sob os pontos de vista brasileiro e santomense, os resultados da cooperação entre os Fuzileiros Navais dos dois países.

Desta análise, concluiu-se que a cooperação permitiu a criação da Unidade de Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe a qual tem participado, ativamente, de ações que contribuem para o desenvolvimento daquele Estado, o que tem papel potencializador da segurança e estabilidade no Atlântico Sul.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Brasil; Cooperação Naval; Fuzileiros Navais; São Tomé e Príncipe; ZOPACAS.



Abstract

Naval cooperation is a mean to strength South Atlantic Peace and Cooperation Zone, that allow States to guarantee their own stability, safety and security, determinant factors for development of the region.

In that regard, brazilian marines technical cooperation has contributed to strength Sao Tome and Principe Coast Guard, providing capabilities for country's development and reinforcing the bonds of trust between member States of the region.

In order to analyze the contributions to promote security and stability in the South Atlantic provided by the cooperation, this case study relies on a qualitative research strategy supported by an inductive reasoning methodology, in the sense of identifying the Brazilian strategic interests in the region and analyzing, under Brazil and São Tome and Principe perspectives, the results of the cooperation between Marines of both countries.

The analysis concludes that the result of the cooperation was the creation of Marines Unit in São Tomé and Príncipe Cost Guard, which has been actively participating in coutry's development, potentializing security and stability in the South Atlantic.

Keywords: *South Atlantic; Brazil; Naval Cooperation; Marines; Sao Tome and Principe; ZOPACAS*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

| | |
|-------------|--|
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| ACNBN | Acordo de Cooperação Naval do Brasil com a Namíbia |
| AIS | <i>Automatic Identification System</i> |
| CAOCFN | Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais FN |
| C-EspcCB-IF | Curso de especialização de Cabos da arma de Infantaria |
| CFN | Corpo de Fuzileiros Navais |
| C-FSd | Curso de formação de Soldados |
| CGCFN | Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais |
| CiaFuzNav | Companhia de Fuzileiros Navais |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| E | Entrevistado |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FN | Fuzileiro Naval / Fuzileiros Navais |
| GAT | Grupo de Assessoria Técnica |
| GC | Guarda Costeira |
| GG | Golfo da Guiné |
| GM | Guerra Mundial |
| IMB | <i>International Maritime Bureau</i> |
| IMO | <i>International Maritime Organization</i> |
| IUM | Instituto Universitário Militar |
| LCM | Linhas de Comunicação Marítimas |
| MB | Marinha do Brasil |
| MD | Ministério da Defesa |



| | |
|---------|---|
| NEP | Normas de Execução Permanente |
| OE | Objetivo Específico |
| OG | Objetivo Geral |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PND | Política Nacional de Defesa |
| QC | Questão Central |
| QD | Questão Derivada |
| STP | São Tomé e Príncipe |
| TII | Trabalho de Investigação Individual |
| UE | União Europeia |
| UFN | Unidade de Fuzileiros Navais |
| UR | Unidade de Registro |
| WWF | World Wide Fund for Nature |
| ZEE | Zona Econômica Exclusiva |
| ZOPACAS | Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul |



1. Introdução

O Atlântico Sul é fundamental para os seus Estados costeiros. No caso brasileiro, essa importância iniciou-se com a descoberta do Brasil pelos portugueses que lá chegaram pelo mar. Naquela época, a totalidade do comércio realizado entre a nova colônia e a metrópole se fazia por via marítima, em face da indisponibilidade de outros meios. Mesmo com a aviação e as extensas malhas rodoviária e ferroviária, cerca de 95% de todas as trocas comerciais brasileiras passam pelas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) do Atlântico Sul (Figura 1) (Marinha do Brasil [MB], 2021).



Figura 1 – LCM no Atlântico Sul (tráfego marítimo controlado por AIS em 25/04/2021)
Fonte: *Marine Traffic* (2021)

A relação Brasil-África iniciou no século XVI (1554), quando ainda colônias, com a vinda de escravos para trabalharem em terras brasileiras (Garcia, 2018, p. 12). Os quase cinco milhões de africanos trazidos para o Brasil fizeram dele a maior nação afrodescendente fora de África, com cerca de 50% de sua população autodeclarada negra ou parda (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

O Brasil é, hoje, uma potência regional (Monteiro, 2017, pp. 65-75). No contexto mundial, ele tem a oitava maior economia, o sexto maior território e a sétima maior população (Central Intelligence Agency, 2021). O Atlântico Sul, além de fundamental para sua defesa, é uma importante fonte de recursos para seu desenvolvimento (MB, 2021) (Figura 2). Da *Amazônia Azul*® saem cerca de 95% do petróleo, 80% do gás natural, 45% do pescado (MB, 2021).

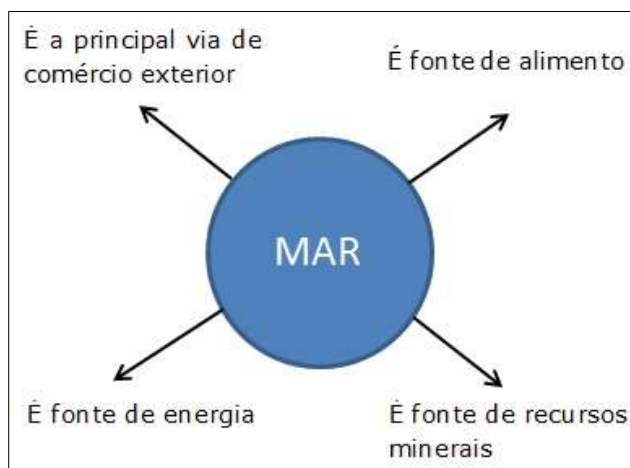


Figura 2 – O Mar e sua relação com o desenvolvimento

Fonte: MB (2021)

O Atlântico Sul é igualmente muito relevante para os países africanos, pois garante vantagens estratégicas nos campos económico, diplomático e da defesa. Cerca de 90% do seu comércio é feito por via marítima, a maior parte do petróleo e gás são extraídos do subsolo marinho e o pescado é uma importante fonte de alimento para os africanos (Gilpin, 2016) (Figura 3).

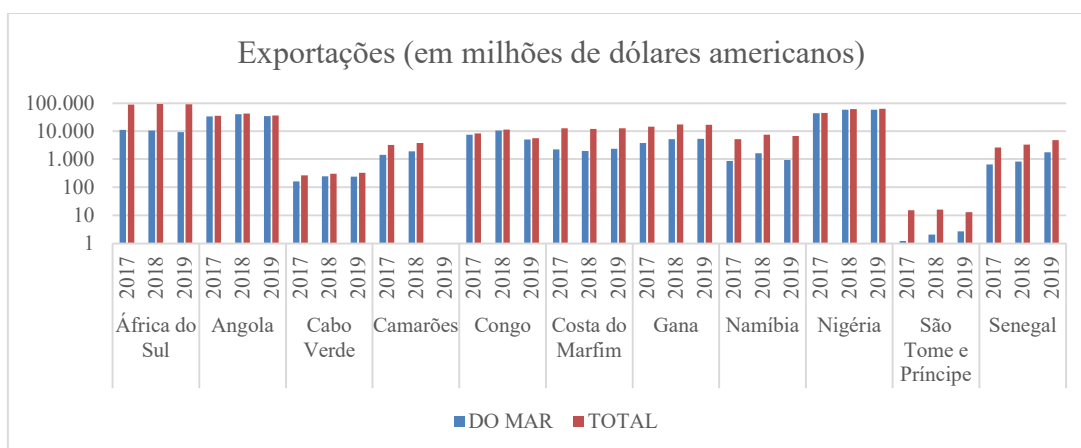


Figura 3 - Exportações de Estados costeiros da África Subsaariana

Fonte: Adaptado a partir de dados do *African Trade Statistics Yearbook* (African Union, 2020)

Neste contexto, surge a Economia Azul, que evidencia a contribuição dos oceanos para o desenvolvimento mundial, com maior impacto para os Estados menos desenvolvidos. Esse novo modelo económico traz a necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental e ecológica dos espaços marítimos, a fim de permitir o aproveitamento, a longo prazo, dos recursos marinhos, vivos e não vivos (World Bank Group and United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2017). Acima de tudo, para que isso possa ocorrer, é fundamental que exista segurança no mar.

O Brasil releva a importância estratégica do Atlântico Sul nos seus principais diplomas orientadores das ações do Ministério da Defesa (MD), nomeadamente os incisos 2.2.14 e



2.3.7 da Política Nacional de Defesa (PND) e o Capítulo 2 da Estratégia Nacional de Defesa (END) (MD, 2021a). Por essa razão, desde a década de 1950, os governos brasileiros têm procurado aproximar-se dos seus parceiros africanos com o intuito de contribuir para a segurança e estabilidade nesse espaço que liga o Brasil a África, por forma a possibilitar o desenvolvimento regional (Albani & Gallois, 2018).

Perante a problemática e pela amplitude do objeto de estudo – o contributo da cooperação brasileira para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul – a investigação é conduzida em linha com as delimitações de tempo, de espaço e de conteúdo que a seguir se indicam (Santos & Lima, 2019, p. 42):

- temporalmente, o estudo centra-se no período desde a criação do Grupo de Assessoria Técnica de Fuzileiros Navais (GAT-FN), em 2014, até à atualidade (março de 2021);

- no domínio do espaço, a investigação desenvolve-se na região do Atlântico Sul, concretamente centrada na cooperação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da MB com os Fuzileiros Navais (FN) de São Tomé e Príncipe (STP);

- ao nível do conteúdo, restringiu-se o estudo aos resultados das ações de cooperação conduzidas pelo GAT-FN, considerando-se seu contributo para a segurança no Atlântico Sul, como fator potencializador da estabilidade e desenvolvimento regionais.

Na sequência do acima exposto, na Tabela 1 enunciam-se os objetivos e questões da investigação.

Tabela 1 – Objetivos da investigação

| Objetivos | Descrição |
|------------------|--|
| OG | Analisar a contribuição das ações de cooperação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul. |
| OE1 | Analisar a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, com foco na África ocidental |
| OE2 | Analisar a cooperação do CFN da MB com STP. |

Tais objetivos levaram à formulação das questões de investigação, constantes da Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 – Questões de Investigação

| Questão | Enunciado |
|----------------|---|
| QC | Que contributos para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul resultaram das ações de cooperação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil? |
| QD1 | Quais são os interesses estratégicos do Brasil no Atlântico Sul, com foco na África ocidental |
| QD2 | Como evoluiu a cooperação do CFN da MB com STP? |

Em termos de organização, esta investigação é composta pela presente introdução, seguida de três capítulos e de uma conclusão.



No segundo capítulo inclui-se o quadro legislativo, teórico e concetual da investigação, decorrente do processo de revisão da literatura e, também, o modelo de análise.

O terceiro capítulo inclui a metodologia e o método que foram implementados na investigação, bem como informações dos participantes e dos procedimentos que possibilitaram a coleta de dados, assim como os instrumentos utilizados nessa recolha e as técnicas empregadas no seu tratamento.

No quarto capítulo apresenta-se a análise e discussão dos resultados, a fim de permitir responder às questões da investigação.

Nas Conclusões será apresentada uma síntese dos principais aspetos da trajetória metodológica que permeou a investigação científica e, principalmente, a síntese da avaliação dos resultados obtidos neste estudo, identificando-se os contributos para o conhecimento, as limitações e as recomendações, designadamente em termos de estudos futuros.



2. Enquadramento teórico e conceptual

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura, os conceitos estruturantes e o modelo de análise.

2.1 A segurança e estabilidade no Atlântico Sul

Os oceanos não têm fronteiras físicas. Ameaças naturais à navegação, vazamentos de óleo, pesca predatória, contrabando de bens e pessoas, pirataria e roubo armado têm início nas águas jurisdicionais de um Estado e facilmente perpassam os mares territoriais de seus vizinhos. Ameaças como as enfrentadas no Golfo da Guiné (GG), epicentro da pirataria e roubo armado no mar (*International Maritime Bureau*, 2020), e na costa brasileira com o derramamento de óleo, em 2019 (*World Wide Fund for Nature*, 2019), demandam ações integradas, visando evitá-las ou combatê-las.

O Atlântico Sul tem importância global em virtude das LCM e dos seus recursos estratégicos, particularmente petróleo e gás. Por essa razão, desperta interesses que podem se fazer presentes, caso os Estados que o envolvem não tenham capacidade para garantir a segurança e estabilidade na região (Alhais, 2017).

Por essa razão, criou-se a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o propósito de manter a região livre de ameaças nucleares ou de destruição em massa, além de evitar que tensões e rivalidades de potências externas gerem conflitos na região. Assim, busca-se fomentar a cooperação para o desenvolvimento, bem como a solução de controvérsias pela via diplomática, respeitando-se a soberania dos Estados (Agência Brasileira de Cooperação [ABC], 2020).

Também com a proposta de promover a segurança e estabilidade na região, foi criada a Comissão do GG (2001) e formulado o Código de Conduta de Yaoundé (2013) (Apêndice B) com a finalidade de dar resposta coletiva à criminalidade marítima transnacional naquela porção da costa africana (Junior, 2020).

A geopolítica brasileira tem apresentado a importância estratégica do Atlântico Sul para o desenvolvimento regional, bem como a necessidade de o Brasil se projetar em África e partilhar essa responsabilidade com os demais Estados costeiros.

Golbery do Couto e Silva considerava a responsabilidade do Brasil pela defesa do continente americano, ressaltando sua imensa costa atlântica (cerca de 7.500 km) e a posição geoestratégica do saliente nordestino brasileiro, ambos, fundamentais para a garantia das LCM do Atlântico Sul, que são importantes alternativas no caso de interrupção dos canais de Suez e do Panamá (Silva, 1952, cit. por Carvalho, 2005, p. 104 e 105).



Carlos de Meira Mattos (2013, pp. 133,134 e 137), em sintonia com o autor anterior, denotou a importância das rotas de comunicação e de comércio do Atlântico Sul para a segurança e desenvolvimento do Brasil e ressaltou a necessidade de cooperações horizontais com Estados africanos da vertente atlântica, com o intuito de promover o desenvolvimento regional.

Também a professora Therezinha de Castro (1997) que, ademais de ter cunhado o termo “Oceanopolítica”, denotando a importância do Oceano Atlântico para o Brasil, apresentou a necessidade de o país participar dos destinos da Antártica e de cooperar com a África, a fim de dar voz aos anseios regionais no concerto das nações. A pensadora trouxe à pauta que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deveria ter papel significativo na abordagem deste tema.

2.2 A cooperação regional militar

As ameaças no ambiente marítimo têm caráter transnacional, razão pela qual o desafio de enfrentá-las merece ações cooperativas, integradas e coordenadas entre os Estados. Assim, as marinhas ao redor do globo investem em cooperação. (Espach, 2019, p.129-130).

Mesmo os Estados Unidos da América (EUA) apresentam em sua Estratégia Nacional de Defesa a necessidade de cooperação com seus aliados (*Line of Effort 2*), o que é detalhado no *United States Department of the Navy’s Business Operations Plan FY 2021-2023* (2020). Para as Forças Armadas estado-unidenses, a cooperação é fator fundamental para a garantia de sua liberdade e segurança no mar.

O professor Geoffrey Till (2009) ressalta em seus livros que essas relações de parceria entre marinhas, por meio de ações de cooperação naval, são primordiais, pois permitem enfrentar os desafios à segurança marítima e contribuem para a estabilidade regional (Bekkevold & Till, 2016, p. 320). Este relacionamento entre as marinhas é natural, devido às semelhanças em suas tarefas na defesa do Estado, entre as quais as de segurança marítima, bem como por operarem em ambiente comum – os oceanos.

É ampla a pesquisa científica que apresenta a importância das ações de cooperação naval. O Almirante de Esquadra (FN) Alvaro Monteiro (2017), estudou o Acordo de Cooperação Naval do Brasil com a Namíbia (ACNBN), analisando os fatos e atores que levaram à sua implementação. Mostrou, do ponto de vista estratégico, que acordos dessa natureza contribuem para a aglutinação dos Estados e para o desenvolvimento regional. Mas apresentou falhas do governo brasileiro no sentido de estabelecer políticas claras e de não



coordenar os esforços de seus setores para atingir os objetivos nacionais, bem como de não aproveitar a cooperação naval para potencializar a influência do Brasil na região.

O Capitão-de-mar-e-guerra Marcelo Silva (2020) analisou o papel do Brasil na garantia da segurança marítima do Atlântico Sul, com foco nas ações desenvolvidas no GG para combater ilícitos no mar. Apresentou as ações da MB, com ênfase em atividades de apoio ao Controle Naval do Tráfego Marítimo e nas Operações Navais multilaterais de Patrulha e Inspeção Naval. Sua análise corroborou a importância das parcerias regionais para Segurança Marítima na região.

De destacar ainda o Contra-Almirante (FN) Pedro Taulois (2020), que apresentou estudos para o estabelecimento de uma operação de manutenção da paz multidimensional de caráter naval, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), para fazer frente aos desafios enfrentados na região do GG. Tal proposta fundamentou-se na complexidade das ameaças, com potencial para desestabilização regional, e na precariedade das marinhas dos Estados daquela região, o que denotou, também, a necessidade de desenvolvimento dessas forças.

Essa precariedade advém de problemas econômicos, razão pela qual se tem falado na necessidade do estabelecimento de parcerias internacionais que completem essas lacunas e permitam o combate sistematizado às ameaças no mar (Figueiredo & Monteiro, 2015).

Arranjos multilaterais como a ZOPACAS e a Comissão do GG são importantes fóruns para a discussão de ideias, para o compartilhamento de valores e para a criação de estratégias comuns (Araújo, 2020). Mas a multilateralidade, quando levada para o campo das ações, pode torná-las ineficazes e lentas, pois as decisões dependem da maioria ou da unanimidade (Gonçalves, 2020). Ademais, em termos de cooperação naval, a multilateralidade tende a fazer com que os integrantes devam aceitar a perda parcial da sua soberania, o que para Estados organizados se mostra como solução menos aceitável. Assim, a cooperação naval bilateral ganha espaço, permitindo sua adequação às necessidades e possibilidades de cada parte (Till, 2009, p. 16).

Essa tendência à bilateralidade pode ser verificada nas ações desenvolvidas no GG, onde, a despeito da cooperação para a implementação de estratégias comuns e compartilhamento de informações, o combate às ameaças no mar é realizado de maneira soberana, com alguns Estados estabelecendo parcerias bilaterais para apoio a essas ações de



combate (Sousa, 2018), tal como STP com Portugal¹.

2.3 O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil

As raízes históricas do CFN remontam à chegada da família real portuguesa no Brasil, em 07 março de 1808. Desde então, os FN participaram em diversas campanhas nas quais a MB tomou parte, relevando as suas ações na Independência do Brasil (1822) e nas batalhas para sua consolidação (1822-1824), nos conflitos na região do Rio da Prata, na Guerra do Paraguai (1864-1870) e na II Guerra Mundial (GM) (1939-1945). Ao longo desse período, o CFN guarnecia as baterias de artilharia a bordo dos meios da esquadra, era responsável pelas abordagens de navios inimigos e levava a cabo desembarques anfíbios de pequena envergadura, além de proteger áreas e instalações de interesse naval na costa e nas ilhas oceânicas (Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2008, pp. 5-23, 40 e 41).

Na década de 1950, a MB implementou uma significativa reestruturação do CFN para transformá-lo numa Força Anfíbia, fruto das lições aprendidas na II GM. Foi criada a Força de Fuzileiros da Esquadra, um centro de ensino específico para a formação de pessoal e todos os FN passaram a ser recrutados entre voluntários (Filho, 2008, p. 47).

Considerando os parâmetros necessários a edificação das capacidades militares – pessoal, organização, doutrina, ensino, material, treino, infraestrutura e liderança –, o CFN conta com efetivo autorizado de 17.157 militares (Decreto n.º 10.619, de 5 de fevereiro de 2021; Portaria n.º 7/MB/MD, de 1 de março de 2021), distribuídos em Unidades com tarefas especializadas e orientadas para o emprego do Poder Naval. Seu preparo está amparado por políticas de pessoal e material próprias, bem como em doutrina orientada por três eixos estruturantes – as operações anfíbias, a organização para o combate em grupamentos operativos de FN e o estilo da guerra de manobra (Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2020a, pp. 2.1-2.2).

O foco nas Operações Anfíbias se deve ao fato de considerar que ao estar pronto para executar uma das mais complexas operações de guerra (Garnier, 2014, p. 9), poderá adaptar as suas forças para executar outras de diferentes naturezas e envergaduras (Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2020a, p. 2.1). Com isso, os FN participam na quase totalidade das operações previstas na doutrina militar naval (em 13 das 19 operações de guerra naval previstas); nas operações de emprego limitado da força; e nas atividades

¹ Desde 2018, a Marinha Portuguesa mantém um navio patrulha em STP, o NRP *ZAIRE*, desenvolvendo atividades de formação e capacitação de pessoal, bem como de vigilância e fiscalização dos espaços marítimos daquele Estado (República Portuguesa, 2018).



benignas (Estado-Maior da Armada, 2017).

Dentre as mais recentes experiências de emprego real do FN brasileiros estão:

- Operação de Manutenção da Paz no Haiti, de 2004 a 2013;
- Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro em apoio às Forças de Segurança, por ocasião da Conferência Rio +20 (2012), na Copa do Mundo de 2014, nas Olimpíadas do Rio (2016) e na intervenção federal (2017-2018) (Monteiro, et al., 2020, p. 3);
- Operações Humanitárias, como a de apoio ao Chile, por ocasião do terremoto de fevereiro de 2010 (Lopes & Santos, 2014), e as de apoio à Defesa Civil na zona serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011 (Menezes, 2017, p. 20), e no Norte fluminense, em janeiro de 2020 (Nitahara, 2020); e
- Operação “*Amazônia Azul*® – mar limpo é vida!”, em novembro de 2019 (G1 PE e TV Globo, 2019).

No que concerne ao ensino, os Oficiais FN têm formação específica nas mesmas escolas dos demais Corpos da MB. Quanto aos Praças FN, a formação de Soldados (1ª graduação da carreira), a especialização de Cabos, a habilitação e o aperfeiçoamento de Sargentos e Suboficiais (última graduação da carreira) são realizadas em centros de ensino do CFN (Loureiro, 2015).

No tocante ao material, o CFN dispõe de sistemas e meios de última geração e se empenha na atualização desse material. Exemplo disso são as recentes aquisições de sistemas de comando e controle (Caiafa, 2019), de novos veículos anfíbios (Barreto, 2019) e o programa PROADSUMUS (Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2020b, pp. 6-7), ora em curso.

Além do exposto acima, o CFN conta com infraestrutura necessária para o seu aprestamento, estando dividido sob a liderança organizacional de dois grandes setores da MB: o Comando de Operações Navais, responsável pelo emprego das Unidades operativas de FN; e o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, responsável pelo preparo das forças de FN.

Os aspectos apresentados fazem do CFN uma força moderna, com capacidades e experiência que o habilitam a participar em diferentes ações no combate às ameaças enfrentadas em todo o espectro das operações militares, bem como prestar apoio, por meio de ações cooperativas, para a capacitação de forças de países amigos.



2.4 Modelo de análise

Quadro 1 – Modelo de Análise

| Objetivo Geral | Analisar a contribuição das ações de cooperação do CFN da MB para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul. | | | |
|---|---|---|---|--|
| Questão Central | Que contributos para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul resultaram das ações de cooperação do CFN da MB? | | | |
| Objetivos Específicos | Questões Derivadas | Conceitos | Dimensões | Técnicas de recolha de dados |
| OE1: Analisar a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, com foco na África ocidental | QD1: Quais são os interesses estratégicos do Brasil no Atlântico Sul, com foco na África ocidental | Segurança e estabilidade no Atlântico Sul | -Militar -Política -Económica | -Análise documental |
| OE2: Analisar a cooperação entre os FN do Brasil e de STP. | QD2: Como evoluiu a cooperação do CFN da MB com STP? | Cooperação regional militar | -Doutrina -Organização -Ensino -Adestramento | -Análise documental -Entrevistas estruturadas |



3. Metodologia e método

Neste capítulo serão apresentados a metodologia e o método de investigação.

3.1 Metodologia

O raciocínio desenvolvido ao longo da investigação é indutivo, fundamentado numa estratégia de investigação qualitativa e tem o estudo de caso como desenho de pesquisa. Nesse sentido, partiu-se da análise de fatos particulares, nomeadamente a cooperação entre os FN do Brasil e de STP, para “estabelecer generalizações” (Santos & Lima, 2019, p. 18) que suportem a importância de se manter a busca por ações de cooperação dessa natureza, no Atlântico Sul, com o intuito de desenvolver capacidades próprias nos países desse envolvente, a fim de que possam, eles mesmos, garantir a segurança nas suas águas jurisdicionais.

A investigação foi desenvolvida em duas fases, sendo que na primeira fase se definiu a problemática da investigação, se delimitou o objeto de estudo, fez-se a revisão do estado da arte e dos conceitos estruturantes, bem como se definiu o OG, os OE, a QC e as QD. Na segunda fase, foi feita a recolha dos dados, sua análise e a discussão dos resultados, com a posterior apresentação das conclusões, elencando-se os contributos para o conhecimento, limitações, sugestões de estudos futuros e recomendações, conforme preconizado pelo Instituto Universitário Militar na Norma de Execução Permanente NEP/INV-001 (A1) (2020).

3.2 Método

3.2.1 Participantes e procedimento

Participantes². Foram encaminhadas entrevistas semiestruturadas para seis antigos encarregados do GAT-FN STP, quatro militares da Guarda Costeira (GC) de STP (GC-STP) e um antigo comandante do NRP *ZAIRE*. Os participantes, como fonte primária, foram selecionados a fim de se obter dados a partir de experiências e perceções de ambas as partes da cooperação, ao longo do período de seu desenvolvimento. Para que se compreenda a experiência dos entrevistados (E) nas atividades de cooperação, ressalta-se que as funções de encarregado do GAT-FN STP são exercidas por um ano. A experiência dos participantes da GC-STP está especificada no Quadro 2.

Procedimento. As entrevistas foram encaminhadas por *e-mail* aos participantes que retornaram suas respostas, também por *e-mail*, nas datas apresentadas nos Quadro 2. Todos

² Quantitativo enquadrado, inclusive por “excesso”, na dimensão da amostra (6-10) de “informantes com alguma exceccionalidade” (Rego, Cunha, & Meyer Jr., 2019, p. 53)



os participantes acederam a serem identificados e a tornarem públicas as suas respostas, para efeitos deste estudo, sendo que apenas o E11 solicitou o anonimato. A seleção dos participantes se deveu às suas experiências nas atividades de cooperação na moldura temporal investigada.

Quadro 2 – Lista de entrevistados

| Código | Personalidade | Observações | Data do recebimento da entrevista respondida |
|--------|--|--|--|
| E01 | 1º Tenente FN Tomé Salvador Amaral de Sousa | -Comandante da Unidade FN de STP de 2014 a 2020; -realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais FN (CAOCFN) no Brasil em 2012 | 26 de fevereiro de 2021 |
| E02 | 2º Tenente FN Wilker Ney da Vera Cruz Viegas | -Comandante da Unidade FN de STP; -realizou o Curso de Formação de Oficiais de Marinhas Amigas e o CAOCFN no Brasil. | 26 de fevereiro de 2021 |
| E03 | Sargento-Ajudante FN Francisco Mendes Ferreira | -Encarregado da Logística da Unidade de FN (UFN) de STP; -realizou o Curso de Especialização de Guerra Anfíbia no Brasil. | 26 de fevereiro de 2021 |
| E04 | Subsargento FN Jakson Mandinga | -Instrutor dos cursos de FN em STP; -realizou os cursos de Habilitação e de Aperfeiçoamento de Infantaria para Sargentos FN no Brasil. | 26 de fevereiro de 2021 |
| E05 | CMG(FN) Marcelo Vidal Moreira | -Encarregado do GAT-FN STP de março de 2014 a março de 2015. | 01 de março de 2021 |
| E06 | CMG(FN) Charles Pereira Uduwanage | -Encarregado do GAT-FN STP de março de 2015 a março de 2016 | 03 de março de 2021 |
| E07 | CMG(FN) Cristiano Argemiro dos Santos | -Encarregado do GAT-FN STP de março de 2016 a março de 2017. | 25 de fevereiro de 2021 |
| E08 | CMG(FN) Carlos Frederico Werner | -Encarregado do GAT-FN STP de março de 2017 a março de 2018. | 07 de março de 2021 |
| E09 | CC(FN) Marcos Paulo de O. Vasconcelos | -Encarregado do GAT-FN STP de março de 2019 a março de 2020. | 26 de fevereiro de 2021 |
| E10 | CC (FN) Diego Luiz dos Reis | -Encarregado do GAT-FN STP de março de 2020 a março de 2021. | 26 de fevereiro de 2021 |
| E11 | Anónimo | Antigo comandante do NRP ZAIRE, navio português que participa de missão de cooperação entre a Marinha Portuguesa e a GC-STP, naquele país. | 13 de abril de 2021 |

3.2.2 Instrumentos de recolha

Numa primeira fase, a recolha de dados foi realizada por meio da análise documental e da pesquisa em fontes digitais, nomeadamente as registadas na bibliografia que acompanha este trabalho, com o intuito de se buscar subsídios para a resposta à QD1, bem como para amparar a resposta à QC.

Foram empregues, ainda, três guiões de entrevistas semiestruturadas: um com 12 questões, encaminhado para os participantes santomenses (E1 a E4); outro com 11 questões,



encaminhado para os participantes brasileiros (E5 a E10); e um com quatro questões, dirigidas ao antigo comandante do NRP *ZAIRE* (E11) (Apêndice C). As respostas a essas questões forneceram subsídios, de fontes primárias respeitantes à cooperação, contendo aspectos relacionados com a evolução da doutrina, organização, ensino e do treino e como esses quatro fatores contribuíram para o desenvolvimento da UFN de STP.

3.2.3 Técnicas de análise

A técnica de análise empregada foi a análise de conteúdo (Sarmiento, 2013), através da categorização dos dados colhidos nas entrevistas em unidades de contexto, relacionadas às dimensões propostas para a avaliação da cooperação – doutrina, ensino, treino e organização. Com isso, construiu-se uma matriz de análise (Apêndice D) empregada para apoiar a resposta das questões de investigação.



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo serão respondidas as questões da investigação.

4.1 Os interesses estratégicos brasileiros no Atlântico Sul

Para responder à QD1 e identificarmos os interesses estratégicos brasileiros no Atlântico Sul foram efetuadas pesquisas em fontes do Ministério da Defesa (MD) e do Ministério das Relações Exteriores brasileiros.

No campo da defesa, foram encontrados documentos que fazem menções diretas aos objetivos estratégicos brasileiros nessa área, com alusões ao Atlântico Sul e às massas terrestres que o encerram, nomeadamente a América do Sul, o Caribe, a Antártica e a África.

No campo das relações exteriores não foram encontrados documentos específicos que apresentem os interesses estratégicos do Brasil nesse espaço marítimo e nos países que o conformam, razão pela qual foram pesquisados os discursos do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e outras fontes daquele ministério, bem como participações nos principais mecanismos de concertação internacional que pudessem denotar tais objetivos.

Considerando-se o Objeto deste trabalho de investigação não serão abordados aspetos estratégicos que envolvam o Oceano Atlântico na consecução dos objetivos brasileiros para o Continente Antártico, América do Sul e Caribe, focando a pesquisa na costa ocidental africana e no próprio espaço marítimo.

4.1.1 A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa brasileiras

A PND e a END são os diplomas federais de mais alto nível que têm por propósito orientar os esforços dos diversos setores do governo brasileiro e da sociedade, para o desenvolvimento das condições necessárias à garantia da “soberania do país, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais”. Eles se conformam em um documento único, revisado quadrienalmente e apresentado pelo Poder Executivo para aprovação do Congresso Nacional (MD, 2021a, p. 7). A versão analisada foi entregue ao Congresso em 22 de julho de 2020 (MD, 2021b).

Neste documento, o Atlântico Sul e a costa ocidental africana são apresentados como áreas de interesse prioritário no envolvente estratégico brasileiro (MD, 2021a, pp. 7, 13, 14). O Atlântico Sul, em face das riquezas naturais e da importância para o comércio exterior brasileiro, realizado em quase sua totalidade pelo mar. E a costa ocidental africana porque a estabilidade e segurança dos Estados que a conformam, unidos ao Brasil pelo mar, são fundamentais para o desenvolvimento regional.



Ao longo de todo o texto desses diplomas, em consonância com o inciso IX do art.º 4º da Constituição da República Federativa do Brasil – *cooperação entre os povos para o progresso da humanidade* –, a cooperação é estabelecida como ideal a ser perseguido pelas Forças Armadas, particularmente com os Estados do envolvente estratégico (MD, 2021a, pp. 17, 20, 25, 32-34, 44, 61), nomeadamente nas Estratégia de Defesa (ED)-12, ED-15, ED-16, ED-17 e ED-18 (MD, 2021a, pp. 71-74). Nesse sentido, é destacada a importância das ações de cooperação no âmbito da CPLP, como um dos fundamentos da PND (MD, 2021a, p. 12).

4.1.2 A Nova Política Externa Brasileira para a África

A nova política externa brasileira pretende aproximar as decisões no campo externo dos anseios e necessidades dos brasileiros. Com isso, o então Ministro das Relações Exteriores, em seus discursos (Araújo, 2020) ressaltava a identidade histórica e cultural que une África e Brasil. Isso se dá, pois, cerca de metade dos brasileiros se autodeclaram afrodescendentes, fazendo do Brasil a maior nação de origem africana, fora daquele continente. Com isso, o país mantém relações diplomáticas com a totalidade dos Estados africanos tendo representações de 33 deles em Brasília.

Fruto dessa aproximação, relações estratégicas e conversações (bilaterais e multilaterais) são desenvolvidas nos campos da saúde, administração pública, direito e justiça, energia, educação, desenvolvimento urbano, agronegócio e defesa (Gabsch, 2021).

Além disso, África é um mercado pujante, o que reforça o interesse brasileiro em ampliar as relações entre os dois lados do Atlântico Sul, a fim de possibilitar o desenvolvimento hemisférico, por meio do estabelecimento de relações “entre iguais [...], conforme as necessidades e características de cada parceiro” (Araújo, 2020, p. 252). Espera-se que este relacionamento também alcance a esfera da defesa, com cooperações promissoras, relacionadas com a doutrina, capacitação de pessoal e pesquisa tecnológica. Especial destaque se dá para a cooperação naval, que incrementa a interoperabilidade das marinhas do Atlântico Sul, para que possam garantir a segurança e estabilidade regionais (Araújo, 2020, pp. 254-256). Este relacionamento pode impulsionar o desenvolvimento regional, e permitir que Brasil e África tenham maior capacidade de influir nos destinos do mundo (Araújo, 2020, p. 25).

Para o Brasil, o multilateralismo continuará a ser o caminho para a discussão de ideias e o compartilhamento de valores. Porém, o que se busca são relações bilaterais pragmáticas de cooperação que rendam, entre outros aspetos, segurança aos brasileiros (Araújo, 2020, p.



29).

O Diretor do Departamento de África no Ministério das Relações Exteriores, sumariza quatro vertentes para o relacionamento Brasil-África (Gabsch, 2021):

- cooperação para o desenvolvimento, com o compartilhamento de soluções para problemas comuns através de cooperações técnicas³, em áreas como economia, fortalecimento institucional, programas sociais, educação, desenvolvimento urbano, entre outros;
- comercial e empresarial, visando a abertura de mercados e a ampliação das trocas comerciais;
- segurança e defesa, na busca de soluções integradas, com foco em problemas comuns, que garantam a estabilidade regional; e
- compartilhamento de valores afins, fruto da origem, história e, em alguns casos, da língua comum.

Nesse sentido, cresce de importância, o relacionamento no âmbito da CPLP, que conta, em África, com sete Estados membros e outros três observadores associados (Araújo, 2020, p. 253), bem como a concertação regional em torno da ZOPACAS, da qual fazem parte 24 países da América do Sul e de África.

A CPLP, criada em 1996, fundamentada, inicialmente, na língua comum e nos laços históricos, também se focou na cooperação militar. Tal aspeto foi consolidado em 2006, com a assinatura do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (2006), que identifica, entre outros, os seguintes vetores como fundamentais para o desenvolvimento da componente de defesa da comunidade, com vista à manutenção da paz e segurança nos Estados membros:

- a implementação de um programa integrado de intercâmbio e formação militar;
- a continuidade dos exercícios da série FELINO; e
- a implementação de instrumentos combinados de controlo e fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos membros.

Outro fórum importante no campo das relações exteriores do Brasil na região é a ZOPACAS. Essa concertação foi criada através da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986, constituída com vieses político-diplomático e de defesa, no sentido de promover junto aos demais Estados ribeirinhos a necessidade de assumirem a responsabilidade pela estabilidade na região (Pimentel, 2016, pp. 118-123). Seus principais

³ O Brasil mantém acordos de cooperação técnica, em diferentes áreas, com 38 países africanos (ABC, 2021).



pilares são a cooperação entre os integrantes, a fim de garantir o desenvolvimento e a paz na região, com a busca de soluções diplomáticas para contenciosos. Desde 2007, com a ameaça da pirataria no Golfo da Guiné, vêm sendo adotadas medidas para a revitalização dessa zona, com a busca de ações práticas de cooperação para fazer frente ao problema (Pereira & Novelli, 2020, pp. 246-252).

4.1.3 A cooperação para a defesa na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

No campo da defesa, a MB, após a criação da ZOPACAS, estreitou laços com diversos parceiros africanos. Como exemplo, temos a criação das séries de exercícios navais em conjunto com a África do Sul – operações ATLASUR, desde 1993 (Lalbahadur, Grobbelaar, & du Plessis, 2015) e o ACNBN, que teve início em 1994. Mais tarde, vieram os exercícios IBSAMAR, iniciados em 2008 (Khurana, 2008) e a participação nas operações OBANGAME EXPRESS, organizadas anualmente, desde 2010, pela *United States Navy* na costa africana (Moury, 2017).

No âmbito da CPLP, surgiram os exercícios da série FELINO, em 2000 (Lourenço, 2010, p. 31) e as Missões Navais brasileiras em Cabo Verde (2013) e em STP (2014) (Monteiro, 2017, p. 216).

Importante destacar, ainda, o apoio brasileiro à formação de centenas de militares africanos, com a cedência de 1.482 vagas em cursos na Marinha do Brasil, no período de 2009 a 2020 (Apêndice E).

A presença militar de atores externos ao Atlântico Sul em África é uma realidade. Os interesses económicos, com as disputas por mercados, e os crescentes desafios à segurança, que eventualmente transbordam as fronteiras africanas e ameaçam outras regiões, fazem com que os envolvidos procurem garantir seus interesses na região. Atualmente, a presença de atores extrarregionais é consensual e constante, sob a forma de arranjos bilaterais ou multilaterais, com a proposta de suprir as deficiências ou desenvolver as capacidades necessárias aos Estados africanos.

A China tem avançado sobre África em busca de ampliar seus mercados, bem como aumentar o seu reconhecimento político-diplomático, com a construção de uma imagem cooperativa no sistema internacional (Alden, et al., 2018, p. 106). O envolvimento chinês no campo da segurança e defesa vem se consolidando, inclusive com o desenvolvimento da cooperação militar bilateral (Alden, et al., 2018, p. 59). Muitos militares africanos têm sido formados em escolas na China, sendo também de destacar os exercícios e treinamentos combinados com forças chinesas realizados em território africano, aliado a doações de vários



meios e recursos para infraestruturas militares. Dentre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China é o que mais contribui com tropas para as missões de paz, sendo que cerca de 80% do efetivo chinês envolvido nessas operações está empenhado no continente africano (Alden, et al., 2018, pp. 110-112) (Figura 4). Quanto aos investimentos chineses, o programa *Belt and Road Initiative*, lançado em 2013, tem foco no desenvolvimento de infraestruturas portuárias, rodoviárias e ferroviárias que ampliem a conexão da Ásia com a Europa e África. Este programa estima investimentos de até oito bilhões de dólares (*Belt and Road Initiative*, 2021) e poderá alterar a geopolítica mundial, ampliando a esfera de influência chinesa sobre esses dois continentes (Branco, 2020, p. 78).

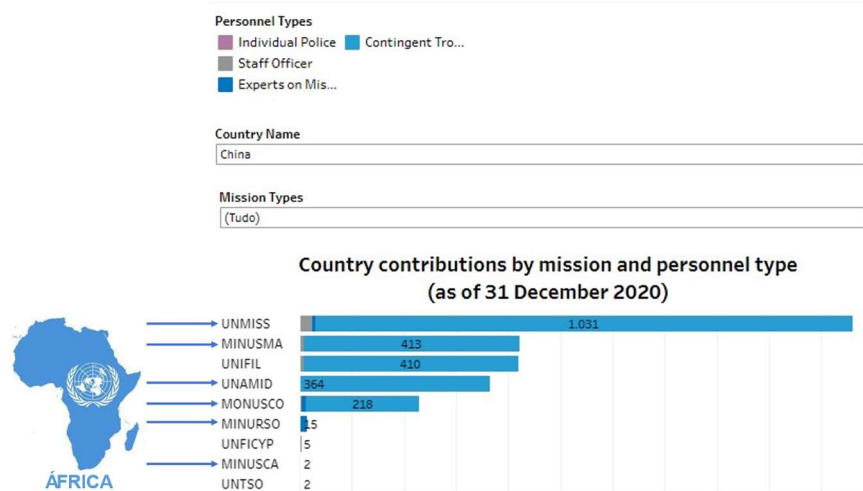


Figura 4 – Participação da China em Missões de Paz da ONU (situação em 31/12/2020)

Fonte: Adaptado de <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

Os EUA, em 2007, criaram o Comando Combatente Unificado para a África (*United States Africa Command*, 2021) e, em 2008, reativaram a 4ª Frota, com foco na América Latina e Caribe (Carmen, 2018).

A União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) também estão presentes em África. Afinal, os problemas africanos repercutem diretamente na Europa, dada a proximidade física entre os continentes e as fortes relações políticas, culturais e, principalmente, comerciais entre as duas regiões (Figura 5). Via de regra, a OTAN presta apoio a África através de suas capacidades militares, enquanto a UE patrocina economicamente estas ações (Marsili, 2019, p. 1). As principais ameaças com origem em África são o terrorismo, o extremismo religioso, o tráfico de pessoas e drogas, a proliferação de armas, além da imigração ilegal. A pirataria no GG também é potencialmente perigosa para a Europa, devido ao fluxo de petróleo advindo daquela região. Tais ameaças



demonstram-se crescentes e sugerem que a UE e a OTAN estabeleçam estratégias próprias para aquela região, com a ampliação de ações voltadas para o desenvolvimento das capacidades locais, nos campos da defesa e segurança (Advisory council on International Affairs, 2017, pp. 7, 8, 60, 61 e 64), como as desenvolvidas pelas *European Union Training Missions* na Somália, Mali e República Centro Africana, além da operação SEA GUARDIAN (OTAN), no Mediterrâneo Central.

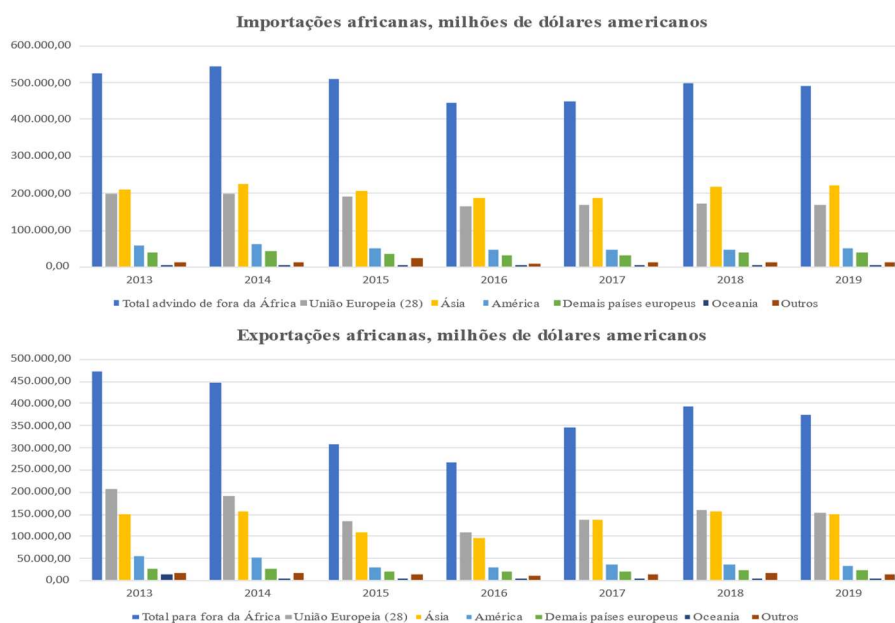


Figura 5 - Importações e exportações africanas 2013-2019

Fonte: Adaptado com dados do *African Trade Statistics 2020 Yearbook* (African Union, 2020, pp. 37-38)

4.1.4 Síntese Conclusiva e resposta à QD1

O Atlântico Sul é uma área estratégica prioritária para o desenvolvimento do Brasil e dos Estados africanos. Por essa razão foi criada a ZOPACAS, com o intuito de evitar conflitos, que podem ser trazidos por atores exógenos à região, bem como combater ameaças comuns que, em face da fluidez desse espaço, podem tornar-se transnacionais. Nesse sentido, a cooperação entre os Estados que compõe esse envolvente é essencial.

Para isso, é importante que o esforço de cooperação se dê, também, no campo da defesa, no qual o Brasil se destaca como potência média regional, com capacidades militares para apoiar o desenvolvimento de seus parceiros na zona. Essa capacidade se faz presente de maneira contundente em África, nomeadamente na Namíbia, desde 1994, onde a MB tem cooperado para o desenvolvimento da marinha daquele país. Aproximações de menor vulto também têm acontecido com diversos outros Estados africanos, por meio da disponibilização de vagas em diferentes cursos no Brasil (Apêndice E).



Ademais dessa aproximação, conta-se ainda com as excelentes relações no âmbito da CPLP, que reforçam o comprometimento brasileiro com a cooperação para o desenvolvimento da região. Releva considerar que seis Estados integrantes da CPLP⁴ fazem parte da ZOPACAS.

Como já referido, os interesses estratégicos brasileiros no Atlântico Sul estão pautados em relações horizontais, entre nações com fortes laços históricos e culturais, ainda em desenvolvimento e com recursos limitados. Por essa razão, tais relações devem proporcionar vantagens para as partes envolvidas e se traduzir em soluções para os problemas comuns da região, mas respeitando a soberania de cada Estado.

No campo da segurança e defesa, o Brasil busca relações sem a imposição de condicionantes e baseadas na cooperação técnica e no apoio mútuo em ações coordenadas, combinadas ou complementares. No tocante à cooperação, seu propósito é contribuir para a capacitação dos parceiros regionais, a fim de que constituam forças armadas fiáveis e que sirvam como elementos estruturantes do Estado. Assim, espera-se que o aprimoramento institucional dos Estados Sul-Atlânticos possibilitem reforçar o nexos segurança e desenvolvimento, garantindo melhores condições para a estabilidade regional.

Especificamente no caso do relacionamento entre as marinhas, espera-se que a ampliação das suas capacidades e da confiança mútua permitam a atuação de maneira combinada no combate às ameaças contemporâneas, garantindo, assim, melhores condições de segurança no mar e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Tendo em consideração a análise efetuada, em resposta à QD1 – *Quais são os interesses estratégicos do Brasil no Atlântico Sul, com foco na África ocidental?* Conclui-se que os interesses estratégicos brasileiros nesse espaço são a ampliação das relações comerciais, o compartilhamento de valores culturais comuns e, principalmente, a cooperação com vista ao desenvolvimento e integração dos Estados sul-atlânticos, para que possam assumir suas responsabilidades na região. Nesse contexto, a cooperação naval releva de importância por ser fundamental para a estabilidade e segurança no Atlântico Sul, que são condições necessárias para levar a cabo tais interesses.

4.2 Cooperação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil em África

Para responder à QD2 apresenta-se como desenvolveu-se a cooperação entre os FN de STP e do Brasil.

⁴ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e STP.



4.2.1 Grupo de Assessoria Técnica de Fuzileiros em São Tomé e Príncipe

STP é um dos 58 *Small Island Developing States* (SIDS) que enfrentam desafios sociais, econômicos e ambientais para seu desenvolvimento (ONU, 2021). Localizado no GG, a cerca de 300 km da costa africana, seu território é composto por duas ilhas e diversos ilhéus que totalizam 1.000 km², sendo sua ZEE 170 vezes maior que seu território (Neto, Cravid, & Maquengo, 2020, p. 24). Com uma balança comercial negativa da ordem de 130 milhões de dólares americanos, a UE é seu mais importante parceiro comercial (African Union, 2020, pp. 202-205). Apesar de o cacau ser o principal produto de exportação, é no mar que está o maior potencial para alavancar o desenvolvimento santomense, seja pela exploração do turismo, da pesca ou de suas reservas de petróleo (Caixa Geral de Depósitos, 2014, p. 62).

Mas para que as potencialidades do seu mar possam ser transformadas em benefícios para os santomenses, é importante o aprimoramento de suas instituições. Entre estas instituições estão suas Forças Armadas, com a GC responsável pela defesa e proteção dos interesses econômicos do país no mar, conforme previsto no art.º 55.º do Decreto-Lei n.º 9/2012, de 17 de maio (Orgânica das Forças Armadas de STP). Este Diploma prevê que a GC integra uma UFN, entre outras. Apesar de prevista, tal Unidade não existia aquando da promulgação do decreto, em face da incapacidade de formação de seus recursos humanos em STP e por ser oneroso o envio de pessoal para cursos no exterior.

A cooperação da MB com a GC-STP nasceu nas conversações conduzidas durante o III Simpósio das Marinhas da CPLP, realizado no período de 08 a 12 maio de 2012, no Brasil (CPLP, 2012). Após este evento, logo em 2013, teve início a formação de alguns militares santomenses em cursos de FN no Brasil (Filho, 2017).

A essa época, a GC-STP compreendia a necessidade de possuir FN em condições de pronto emprego para que pudessem contribuir no cumprimento de suas missões, como apresentado na solicitação de seu então Comandante, o Capitão de Fragata Idalécio João (Anexo A), encaminhada ao Comandante da MB: “Do ponto de vista da capacidade de emprego, a nossa Guarda Costeira não pode realizar, em certa medida, qualquer das tarefas básicas inerentes ao Poder Naval [...] sem por esta ter uma Força Operacional no mar, chamada Força de Fuzileiros Navais” (Filho, 2017, p. 25). Com esta solicitação, pretendia-se constituir uma Companhia de FN em STP, com a realização dos cursos de formação naquele país. Até então, a GC-STP contava com nove FN, formados no Brasil e em Portugal, não organizados e em funções diversas (E5/Unidade de Registro (UR) 11).



Assim, com o intuito de melhor responder à QD2, será apresentada a evolução da GC-STP, nomeadamente dos seus FN, sob os aspetos da doutrina, do ensino, da organização e do treinamento.

4.2.1.1 Doutrina

Doutrina “é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentados na experiência, destinados a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica”. Ela orienta o planeamento o preparo e a aplicação do poder militar (MD, 2016).

Até o início da cooperação, STP não dispunha de doutrina específica de FN, até porque ainda não existia a Unidade. Como a formação dos poucos FN que possuía em seus quadros havia sido realizada com base em diferentes doutrinas – Brasil e Portugal –, esta importante ferramenta não era padronizada, dificultando o desenvolvimento deste corpo de tropa.

Com o início da cooperação entre a GC-STP e a MB, a doutrina dos FN do Brasil passou a ser a referência para as atividades de formação, treino e para as operações dos FN de STP. Assim, a doutrina empregue pela UFN de STP é fundamentada nos manuais da série do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) da MB, conforme declarado por todos os entrevistados (UR7). Essa doutrina tem desenvolvido e aprimorado as capacidades dos FN de STP e tem dado condições à sua Unidade de cumprir as tarefas diárias, tornando-os “uma força de referência nacional” (E2/UR7). Essa afirmação é corroborada pelo emprego dos FN em todas as operações determinadas pelo governo santomense em 2020 (E3/UR13; E10/UR14), se traduzindo, inclusive, em gratificação pecuniária diferenciada para os FN daquele país (E6/UR14).

4.2.1.2 Ensino

O ensino foi a primeira razão que levou à solicitação feita pela GC-STP à MB. Aquele país não dispunha de conhecimento nem pessoal capacitado e com a experiência necessária para dar início à formação de FN. Assim a MB enviou um GAT-FN para dar início a essas atividades. O ensino é parcela fundamental para a construção de capacidades de uma força e foi graças a esse trabalho integrado SPT-Brasil que foi possível desenvolver os FN daquele país (UR9).

O primeiro GAT a chegar a STP, em 2014, tinha como tarefas realizar a seleção dos candidatos e conduzir um Curso de Formação de Soldados (C-FSd) (E5/UR1). Em 2015, 2016 e 2017, o GAT prosseguiu com a tarefa de conduzir o C-FSd, com o auxílio e acompanhamento dos militares santomenses (E6/UR2, E7/UR3, E8/UR4), sendo que a



seleção do pessoal passou a ser responsabilidade da própria GC.

Em 2017, foi feita a preparação de pessoal e da infraestrutura necessária para que em 2018, além da formação de Soldados, fosse realizado o curso de especialização de Cabos da Arma de Infantaria (C-EspcCB-IF). Nesse ano, o GAT aprimorou os instrutores santomenses, que vinham acompanhando os C-FSd dos anos anteriores, por meio da realização de um curso de técnicas de ensino. O propósito era que em 2018 o C-FSd contasse com instrutores santomenses. Além disso, naquele ano, o GAT também conduziu pela primeira vez o C-EspcCB-IF (E8/UR10) em STP. A evolução do ensino de FN na GC-STP prosseguiu e, em 2019, o C-FSd foi conduzido por FN de STP (E9/UR10), sob a supervisão do GAT, o que também ocorreu com o C-EspcCB-IF já em 2020 (E10/UR10).

Assim, fruto do sucesso da cooperação, o ensino no âmbito dos FN de STP evoluiu desde o início da cooperação e tem contribuído, significativamente, para o desenvolvimento das suas capacidades (UR9). As responsabilidades pela instrução têm sido transferidas, de maneira gradativa para os militares santomenses e, atualmente, a própria GC consegue formar seus Soldados FN e especializar seus Cabos de Infantaria (E1; E2; E3; E4; E9; E10/UR10).

Apesar da criação dos cursos de formação de Cabos e Soldados FN, a formação de Sargentos e Oficiais ainda não existe em STP. Assim, é importante que tal demanda seja suprida com a formação fora do país, visando suprir a deficiência da UFN (E2; E9/UR15).

4.2.1.3 Organização

A intenção da GC-STP era dispor da UFN prevista em lei, a fim de melhor desempenhar suas atividades constitucionais. Para tal, planeou a organização de uma Companhia de FN, com cerca de 120 militares. Para isso, além da formação de pessoal com doutrina efetiva, era necessário organizar seus quadros de maneira coerente, bem como garantir funcionalidade e fluxo de carreira para seus militares.

Assim, também fez parte das tarefas dos GAT-FN apoiar aquele país na organização da sua Companhia de FN. Com o avanço dos C-FSd, foi possível contar, a cada ano, com efetivos maiores de pessoal capacitado para desenvolver as atividades de FN naquele país, chegando a um efetivo atual de 126 FN (E1/UR11). E para atender às necessidades daquela GC, a cooperação contribuiu para a estruturação de uma UFN adaptada, com o Comando da Companhia, um Estado-Maior, composto por duas Seções – Pessoal/Logística e Inteligência/Operações – e três Pelotões de Infantaria de FN, sendo um deles dedicado às ações de abordagens de navios e embarcações (E10/UR11). Além disso, foram elaborados



os documentos com a estrutura administrativa e a de combate, com as funções e incumbências de cada elemento, bem como o plano de carreira, pautado na lei santomense. Tais documentos foram encaminhados para aprovação do governo do país (E7/UR11).

Toda essa estruturação e evolução organizacional se deu em cerca de sete anos, partindo de dois Oficiais e sete Praças, em 2014 (E5/UR11), para se tornar a Unidade militar de referência no país (E1; E7; E8; E10/UR14).

4.2.1.4 Treinamento

Com a UFN organizada, a sua prontidão depende em muito da manutenção de um treinamento rigoroso, regular e estruturado. Para isto, o GAT também recebeu como tarefa contribuir para esse desenvolvimento (UR3; UR5; UR6) e procurou incutir na mentalidade dos FN de STP a importância da regularidade desta atividade (E3; E7; E8/UR12).

Nesse aspeto, a experiência brasileira com o treinamento estruturado por níveis – individual, equipas, secções, pelotões e companhia – vem sendo transmitida à GC-STP (E2; E3/UR12) e adaptada às necessidades e disponibilidade de meios. Assim, têm sido realizados treinamentos frequentes (E1; E3; E4; E7; E8/UR12), regulados por um Programa de Preparação Combativa anual (E9/UR12). “O treino [...] tem tido bons resultados e aceitação” (E11/UR12), garantindo bom grau de aprestamento dos FN de STP, o que tem se confirmado na atribuição de tarefas à UFN em situações de crises, como na greve da polícia e quando foi necessária a seleção de pessoal para a segurança de dignitários do governo, ambas situações ocorridas em 2016 (E7/UR14), bem como nas ações de mitigação dos efeitos da pandemia da COVID-19, ao longo de 2020 e 2021 (E10/UR14). A cada ano, os FN de STP têm assumido “mais tarefas que antes eram da polícia e do exército” (E1/UR13).

4.2.2 Síntese conclusiva e resposta à QD2

A cooperação entre os FN brasileiros e de STP evoluiu significativamente ao longo dos pouco mais de sete anos de atividades naquele país. Tais atividades têm sido amplamente reconhecidas, com referência feita pelo primeiro-ministro de STP em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 2015 (E5/UR14). O reconhecimento é reforçado pela percepção de militares de outros países como EUA e Portugal, no que tange aspetos relacionados à cooperação (E10; E11/UR14).

Desde o início, em 2014, a GC-STP, que aspirava possuir FN para cumprir o previsto em sua organização e garantir melhores condições para a execução de sua missão, conseguiu estruturar uma Unidade de referência em suas forças armadas. Tal realização apenas foi possível dada à cooperação brasileira presente naquele país, que possibilitou a condução de



cursos fundamentais para a formação dos recursos humanos necessários, no próprio território santomense.

A necessidade da criação da UFN em STP foi uma decisão soberana daquele Estado, prevista na Lei como missão da sua GC. O apoio da MB foi fomentado em conversações realizadas no ambiente multilateral da CPLP que conduziram à cooperação técnica para o desenvolvimento daquela Unidade.

Aproveitando-se das experiências da cooperação entre FN desenvolvida, desde 2009, com a Marinha da Namíbia, a MB enviou um GAT-FN para STP, com tarefas e objetivos definidos em conjunto com a sua GC. Essas tarefas e objetivos foram sendo adaptados à medida em que as capacidades dos FN de STP eram erigidas. Dessa forma foi possível transmitir boas práticas para a seleção de pessoal, formação de Soldados, especialização de Cabos, organização e administração militar, bem como para o treinamento de FN, tudo pautado em doutrina experimentada e em uso na própria MB.

A estada de militares do GAT-FN, e de seus familiares, em caráter permanente naquele país, com revezamentos anuais, tem construído um ambiente de confiança mútua que propicia profícuo relacionamento entre os membros da MB e da GC-STP (E2; E3; E4/UR15), o que se constitui em excelente fundamento para atuações combinadas futuras.

Na sequência da análise efetuada, em resposta à QD2 – *Como evoluiu a cooperação do CFN da MB com STP?* Conclui-se que atualmente a GC-STP conta com uma UFN constituída, organizada e em fase de aprimoramento de seus processos internos. Esta Unidade faz uso da doutrina brasileira e recebe suas atualizações através do GAT, permanentemente presente naquele país. Os treinamentos dos FN de STP têm evoluído e, hoje, são rotineiros e regulados por um programa anual, que orienta o preparo por níveis e de maneira gradativa, à semelhança de como se faz no Brasil. No que se refere ao ensino, são conduzidos em STP o C-FSd e o C-EspcCB-IF, bem como são capacitados instrutores locais, por meio do curso de técnicas de ensino (E8; E9/UR10). Tais cursos permanecem amparados nas boas práticas e na doutrina brasileira, recebendo o apoio e supervisão de FN do Brasil e sendo, dia-a-dia, adaptados às necessidades santomenses.

4.3 A segurança e estabilidade no Atlântico Sul e a resposta à QC

Este ponto pretende responder à QC, apresentando-se a forma como as ações de cooperação entre os FN do Brasil e de STP contribuem para a segurança e estabilidade na região.

O contributo dos FN de STP para a segurança no Atlântico Sul apresenta-se, ainda,



reduzido, em face de outros constrangimentos daquele país, que passam, principalmente, pelas dificuldades económicas para estruturar outras capacidades da sua GC. Tal reflete-se na inexistência de meios navais e de sistemas de deteção próprios que permitam ações de vigilância e patrulhamento em suas águas jurisdicionais, a exceção de pequenos botes, para ações próximas de costa.

Efetivamente, as ações de cooperação bilateral, como as existentes entre os FN do Brasil e os de STP, desenvolvem um ambiente de confiança entre os Estados. Tais relações contribuem para melhorar o diálogo e reforçar fóruns multilaterais como a ZOPACAS e a CPLP, permitindo ampliar a influência da região no sistema internacional. Servem, ainda, como exemplo e incentivo para novas cooperações regionais, o que se constata no interesse de outros países em contarem com cooperações similares, como Moçambique e Cabo Verde (E6/UR14). Relações dessa natureza entre os Estados do Atlântico Sul permitem que se estabeleça um “cinturão de boa vontade” com o desenvolvimento de uma “comunidade de segurança”. Essa segurança é fundamental para a estabilidade dos Estados sul-atlânticos, o que é condição *sine qua non* para a estabilidade regional (Amorim, 2012, cit. por Guadagnino, Moreira & Araújo, 2015, p. 9).

A cooperação analisada está alinhada com os interesses estratégicos brasileiros, pois é mais uma iniciativa na construção das capacidades dos Estados da região. Tais ações vão ao encontro da declaração proferida pelo Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (2020), na 75ª Assembleia Geral da ONU: “o Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”.

Dispor de forças armadas capazes reforça o Estado santomense e garante-lhe melhores condições para fazer frente às ameaças que se possam colocar no seu território e nas suas águas jurisdicionais. Ademais, a versatilidade das tropas de FN para atuarem em terra e no mar (e a partir dele) fazem delas “uma excelente ferramenta” para o combate a essas ameaças, especialmente em um Estado arquipelágico. Ao longo dos sete anos de cooperação, a GC-STP conseguiu estruturar a UFN prevista na sua lei orgânica, atendendo ao interesse santomense, manifestado no Anexo A. As capacidades desenvolvidas vêm sendo aprimoradas e têm permitido o amplo emprego da UFN no território daquele país.

Mesmo com a indisponibilidade de meios navais adequados ao combate dos crimes transnacionais no mar, as ações em terra e próximas à costa, desenvolvidas pelos FN de STP, contribuem para a segurança e estabilidade regionais. Isso se deve ao fato de os crimes no mar terem sua génese em conflitos domésticos, quando o Estado é incapaz de garantir a



segurança dentro de seu território, abrindo espaço para a instalação de grupos criminosos que se fazem ao mar para realizarem ações ilícitas (Guedes, 2020). Assim, a cooperação regional e o apoio no desenvolvimento de forças fiáveis [como os FN de STP se mostram hoje] é instrumento essencial para o combate aos crimes no mar, nomeadamente a pirataria e o roubo armado (Pichon & Pietsch, 2020).

Pelo anteriormente analisado e discutido, em resposta à QC – *Que contributos para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul resultaram das ações de cooperação do CFN da MB?* Conclui-se que a cooperação brasileira permitiu a criação da UFN, que tem participado ativamente nas ações de segurança e defesa do Estado santomense, sendo empregue nas situações de maior criticidade (E1; E3; E6; E7; E8; E10/UR14). O desenvolvimento das capacidades dos seus FN, tem permitido melhores condições para que STP lide com os desafios e ameaças, de forma soberana e, assim, possa manter condições de segurança adequadas, combatendo o estabelecimento de grupos criminosos em seu território. Dessa forma, o Estado santomense contribui para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul.



5. Conclusões

O Atlântico Sul é formado por Estados em diferentes estágios de desenvolvimento de suas nações e instituições, bem como com distintas possibilidades e capacidades para exercer a sua soberania e cumprir os seus compromissos internacionais.

Este oceano é fundamental para os Estados ribeirinhos, bem como para todos os demais países com interesses na região. Portanto, é primordial a realização de ações que garantam a segurança regional, a fim de fomentar a paz e o desenvolvimento. Neste sentido, torna-se extremamente importante a existência de forças armadas capazes e aprestadas para fazerem frente às ameaças locais e transnacionais, possibilitando, assim, melhores condições para o desenvolvimento das nações.

Com foco nesse desenvolvimento de capacidades das forças armadas, as ações de cooperação naval entre os Estados da região são ferramentas essenciais que permitem ampliar a confiança e desenvolver a interoperabilidade das marinhas. Isso garante melhores condições de segurança, e permite que os Estados assumam, de maneira soberana, a responsabilidade pelos destinos da região.

Foi com esse propósito que a GC-STP solicitou o apoio da MB para criar sua UFN a qual, em apenas sete anos, tornou-se numa organização de referência naquele país, sendo empregue, frequentemente, nas ações de segurança e defesa do Estado santomense.

O objeto de estudo deste trabalho foi o contributo da cooperação brasileira para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul, na moldura temporal de 2014 (início da cooperação entre FN em STP) até março de 2021, momento em que foram concluídas as entrevistas e a pesquisa dos dados considerados. Quanto ao conteúdo e espaço, foram analisadas as ações de cooperação desenvolvidas em STP, que permitiram a criação da sua UFN. Assim, a QC do estudo foi: *Que contributos para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul resultaram das ações de cooperação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil?*

O procedimento metodológico seguido foi fundamentado em um estudo de caso, através de um raciocínio indutivo, assente em uma estratégia qualitativa.

No tocante ao OE1, *Analisar a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, com foco na África ocidental*, respondeu-se a QD1 por meio da análise de documentos do Ministério da Defesa, nomeadamente a PND e a END, bem como de fontes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil que apresentam os interesses brasileiros naquele espaço. Esta análise mostrou que o Brasil considera fundamental a segurança no Atlântico Sul, a



qual é condição *sine qua non* para garantir o desenvolvimento regional. Ademais, defende que onexo segurança e desenvolvimento deve ser garantido pelos Estados que conformam a região, a fim de evitar conflitos no Atlântico Sul, trazidos por atores exógenos. Para isso, a cooperação regional é considerada, tanto nas relações exteriores como na defesa e segurança, como a principal ferramenta para o fortalecimento da região.

Quanto ao OE2, *Analisar a cooperação entre os FN do Brasil e de STP*, este foi alcançado através da resposta à QD2, recorrendo a entrevistas semiestruturadas, encaminhadas a 11 indivíduos com distintas perspectivas da cooperação, designadamente quatro militares santomenses e seis brasileiros, todos envolvidos na cooperação ao longo dos sete anos, além de um antigo comandante do navio português NRP *ZAIRE*, que teve a oportunidade de realizar treinos com os FN de STP durante o período em que esteve colocado naquele país. De cada entrevista, foram extraídos e categorizados, por Unidades de Registo, os excertos pertinentes que constam do Quadro 3 (Apêndice D). Os relatos obtidos dessas fontes primárias serviram para fundamentar a análise de cada dimensão proposta e permitiram constatar que a evolução da UFN de STP guardou forte relação com a cooperação. Também mostrou que os FN de STP são, hoje, importante instrumento de garantia da segurança e da estabilidade daquele Estado.

Perante aos OE1 e OE2, foi possível cumprir o OG *Analisar a contribuição das ações de cooperação do CFN da MB para a segurança e estabilidade no Atlântico Sul*, através da resposta à QC, concluindo que as ações de cooperação entre os FN do Brasil e de STP têm se mostrado eficazes para a estruturação de capacidades da GC-STP. Isso caracteriza o desenvolvimento de suas Forças Armadas, que são fundamentais para a garantia da segurança e estabilidade daquele país. Tais condições, são potencializadoras da segurança e estabilidade no Atlântico Sul.

Como contributos para o conhecimento, o trabalho mostrou a importância das ações de cooperação para o fortalecimento das instituições dos Estados do Atlântico Sul e quão efetivas elas podem ser, quando levadas a cabo de maneira profissional. Mostrou também que a cooperação naval se apresenta como importante ferramenta para o relacionamento e desenvolvimento da confiança mútua, o que fortalece a ZOPACAS e cria condições para a estabilidade e segurança regionais. Mostrou, ainda, que a presença militar de atores exógenos na região é constante, o que poderá importar conflitos para esse espaço, comprometendo o desenvolvimento e a paz no Atlântico Sul.



A principal limitação ao estudo foi a impossibilidade de se conseguir dados estatísticos sobre a evolução do emprego dos FN de STP ao longo do período estudado, dada a inexistência de registros ostensivos dessas atividades. Mesmo assim, em face dos relatos apresentados (Apêndice D) foi possível constatar a evolução da estrutura e das capacidades da UFN, desenvolvidas por meio da cooperação.

Em função da limitação apresentada, mostrou-se importante a realização de estudos para a criação de indicadores, baseados nas tarefas dos GAT, que permitam a avaliação das ações de cooperação. Tais indicadores permitirão validar e aprimorar os processos empregues em ações dessa natureza e poderão ter maior utilidade se acompanhados sob a ótica de ambas as partes da cooperação.

Com isso, conclui-se, finalmente, que as ações de cooperação naval com STP têm contribuído para o fortalecimento das instituições santomenses no intuito de permitir que, de maneira soberana, o país possa lidar com os desafios à sua segurança e defesa. Dessa forma, STP, contribui para que haja melhores condições ao desenvolvimento dos Estados do Atlântico Sul.



Referências Bibliográficas

- Agência Brasileira de Cooperação. (2021, 18 de fevereiro). Acordos vigentes da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento [página online]. Retirado de <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGPD>
- Advisory Council on International Affairs. (2017). The future of NATO and european security. *Advisory Report n. 106*. The Hague: Autor. Retirado de <https://www.advisorycouncilinternationalaffairs.nl/documents/publications/2017/10/06/the-future-of-nato-and-european-security>
- African Union. (2020). *African trade statistics yearbook 2020* [versão pdf]. Retirado de https://au.int/sites/default/files/documents/39607-doc-af-trade_yearbook2020_v4_comp-compresse_1.pdf
- Agência Brasileira de Cooperação. (2020, 10 de novembro). Cooperação Técnica Brasileira. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul [página online]. Retirado de <http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>
- Albani, E., & Gallois, L. (2018). *Relações estratégicas Brasil-África no Atlântico Sul*. Santana do Livramento: RS, Brasil.
- Alden, C., Barber, L., Alao, A., Yixiao, Z., Xuejun, W., Lei, X., . . . Tesfaye, A. (2018). *China and Africa. Building peace and security cooperation on the continent*. Cham: Palgrave Macmillan. doi:10.1007/978-3-319-52893-9
- Alhais, A. (2017, fevereiro). O Atlântico Sul, Portugal e o conceito estratégico de defesa nacional. *CEDIS Working Papers* [versão pdf]. Retirado de http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper_DSD_O-Atl%C3%A2ntico-Sul-Portugal-e-o-Conceito-Estrat%C3%A9gico-de-Defesa-Nacional.pdf
- Araújo, E. (2020). *A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019 / Ernesto Araújo* [versão pdf]. Brasília: FUNAG. Retirado de <http://funag.gov.br/biblioteca/download/anovapolextbras.pdf>
- Barreto, A. (2019, 1 de abril). Brazilian Navy Counts Largest Fleet of Amphibious Vehicles in the Southern Hemisphere [página online]. Retirado de <https://dialogo-americas.com/articles/brazilian-navy-counts-largest-fleet-of-amphibious-vehicles-in-the-southern-hemisphere/>
- Bekkevold, J. I., & Till, G. (2016). *International Order at Sea: How it is challenged. How it is maintained*. London: Palgrave Macmillan.



- Belt and Road Initiative. (2021, 16 de fevereiro). Belt and Road Initiative [página online]. Retirado de <https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/>
- Bolsonaro, J.M. (2020, 22 de setembro). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU [documento online]. Retirado de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>
- Branco, C. (2020). *Do fim da Guerra Fria a Trump e À COVID-19. As promessas traídas da ordem liberal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Caiafa, R. (2019, 16 de julho). *Sistema Integrado de Comando e Controle do Corpo de Fuzileiros Navais* [página online]. Retirado de <https://tecnodefesa.com.br/sistema-integrado-de-comando-e-controle-do-corpo-de-fuzileiros-navais-sic2cfn/>
- Caixa Geral de Depósitos. (2014). *São Tomé e Príncipe. Oportunidades e potencial de desenvolvimento*. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos. Retirado de <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>
- Carmen, D. d. (2018, 13 de julho). *The US Fourth Fleet: Focus on Latin America*. Universidad de Navarra - Global Affairs and strategic studies [página online]. Retirado de <https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle/-/blogs/the-us-fourth-fleet-focus-on-latin-america>
- Carvalho, T. B. (2005). *Geopolítica Brasileira e Relações Internacionais nos Anos 50: O Pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília, DF, Brasil: Fundação Alexandre de Gusmão. Retirado de http://funag.gov.br/biblioteca/download/627_geopolitica_brasileira_e_relacoes_internacionais.pdf
- Castro, T. (1997). África Sub-Sahariana: estudo sobre uma caracterização geopolítica com fins didáticos. *Geografia e Geopolítica. A contribuição de Delgado e Therezinha de Castro*, pp. 289-339.
- Central Intelligence Agency. (2021, 22 de fevereiro)., The World factbook, Brazil [página online]. Retirado de <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/brazil/>
- Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. (2008). *O Anfíbio n. 26*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



- Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. (2020a, 12 de maio). Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. *CGCFN-0-1*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.
- Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. (2020b, julho-setembro). PROADSUMUS em NOTANF [versão pdf]. Retirado de https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/NOTANF%20interativo_0.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil, texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional n.º 105/2019. Brasília: SenadoFederal (Coordenação de Edições Técnicas, 2020).
- CPLP. (2012, 10 de maio). Ata do III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [versão pdf]. Retirado de https://cplp.defesa.pt/Marinhas%20da%20CPLP/20120510_III%20SMCPLP_Atata_RioJaneiro2012.pdf?Mobile=1&Source=%2F%5Flayouts%2Fmobile%2Fview%2Easpx%3FList%3Daef622c0%252D1464%252D4313%252Dba80%252Db162da028107%26View%3Daabe174c%252D6614%252D4934%252D95e2%252D11
- Decreto-Lei 9/2012, de 17 de maio de 2012. (2012, 17 de maio). Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. *Diário da República de São Tomé e Príncipe*, n. 47, 397-418. Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto n.º 10.619, de 5 de fevereiro (2021). Distribui o efetivo de Oficiais da Marinha em tempo de paz para 2021. Diário Oficial da União, Edição 26, Secção 1, Página 4. Brasília: Presidência da República.
- Espach, R. (2019, janeiro). *Reflections on the ends, ways, and means of Maritime Security Cooperation in the South Atlantic*. Maritime security challenges in the South Atlantic, p. 129 [versão pdf]. Retirado de https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-05273-7_6
- Estado-Maior da Armada. (2017). Doutrina Militar Naval. EMA-305. Brasília, DF, Brasil.
- Figueiredo, E. d., & Monteiro, A. D. (2015, julho/dezembro). O papel do Brasil na segurança marítima do Atlântico Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, p. 25.
- Filho, A. O. (2017). O surgimento do Corpo de Fuzileiros de São Tomé e Príncipe. Manuscrito submetido para publicação.
- Filho, J. F. (2008). *A Companhia de Reconhecimento Anfíbio "Cia Recon". O paraquedismo no CFN. O Anfíbio n. 26*, 46-63. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



- ccs.org/index.php/1298-pirates-are-kidnapping-more-seafarers-off-west-africa-imb-reports
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021, 21 de fevereiro). Censo Demográfico [página online]. Retirado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques>
- Junior, N. F. (2020, 27 de outubro). *Ampliando as perspectivas de consciência situacional e segurança marítima no Atlântico Sul. Webinar ZOPACAS 2020* [vídeo online]. Retirado de <https://youtu.be/UDARoNte6fc>
- Khurana, G. S. (2008, 16 de maio). *India-Brazil-South Africa 'Tango' at Sea* [página online]. Retirado de https://idsa.in/idsastrategiccomments/IndiaBrazilSouthAfricaTangoatSea_GSKhurana_160508
- Lalbahadur, A., Grobbelaar, N., & du Plessis, R. (2015, 01 de julho). *South African Institute of International Affairs*. doi:10.2307/resrep25967
- Lopes, R. C., & Santos, M. (2014, agosto). *O emprego do Corpo de Fuzileiros Navais nas operações humanitárias* [versão pdf]. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/269203179_O_EMPREGO_DO_CORPO_DE_FUZILEIROS_NAVAIS_NAS_OPERACOES_HUMANITARIAS
- Loureiro, C. L. (2015). *Os 60 anos do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo*. O Anfíbio V. 33, 76-85. (A. F. Silva, Ed.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil [versão pdf]. Retirado de <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/Anfibio2015.pdf>
- Lourenço, J. M. (2010). Visão prospectiva das actividades das Forças Armadas no âmbito da CPLP [versão pdf]. Retirado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12060/1/TII_Cor%20Louren%20a7o_FFAA%20e%20CPLP.pdf
- Marine Traffic*. (2021, 25 de abril). *Live Map* [página online]. Retirado de <https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:25.5/centery:39.8/zoom:2>
- Marinha do Brasil [MB]. (2021). *Economia Azul* [página online]. Retirado de <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/sobre>



- Marsili, M. (2019, junho). *Towards a Strategic EU-NATO Security Partnership in Africa*. Estoril, Lisboa, Portugal. doi:10.5281/zenodo.3236967
- Mattos, C. M. (2013, jan/dez). *Perspectivas*. Cadernos de Estudos Estratégicos, n. 12, pp. 119-140 [versão pdf]. Retirado de <https://www.esg.br/publi/arquivos-cadernos/CEE012.pdf>
- MD. (2016, 13 de janeiro). Glossário da Forças Armadas. *MD35-G-01*. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Defesa.
- MD. (2021a, janeiro). Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa [versão pdf]. Brasília, DF, Brasil. Retirado de https://www.gov.br/defesa/pt-br:https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf
- MD. (2021b, 27 de março). Poder Executivo entrega atualizações da PND, END e LBDN ao Congresso Nacional [página online]. Retirado de <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/seprod/noticias/poder-executivo-entrega-atualizacoes-da-pnd-end-e-lbdn-ao-congresso-nacional>
- Menezes, H. S. (2017). *O papel das Forças Armadas nas ações humanitárias: catástrofes e epidemias*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Retirado de <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/00001b/00001b98.pdf>
- Monteiro, A. A. (2017, 22 de setembro). Cooperação Naval e a Segurança Marítima do Atlântico Sul. O caso do acordo de cooperação naval Brasil – Namíbia.
- Monteiro, O. L., Medeiros, R. W., Oliveira, C. C., Ribeiro, R. M., Yoshida, V. H., & Gonçalves, V. S. (2020, 27 de maio). *Uma Análise das Operações de Garantia da Lei e da Ordem: Desdobramentos, Consequências e Dificuldades*. XV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional - 2018. Retirado de https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/umaa_analisea_da_sa_operacoesa_dea_garantiaa_daa_lei.pdf
- Moury, T. (2017, 19 de maio). *Marinha do Brasil participa da operação Obangame Express 2017* [Página online]. Retirado de Dialogo Americas: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/brazilian-navy-participates-in-operation-obangame-express-2017/>



- NEP/INV-001 (A1) (2020). Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Neto, B., Cravid, E., & Maquengo, G. (2020). *Energias Renováveis e Eficiência Energética em São Tomé e Príncipe - Relatório Nacional do Ponto de Situação*. São Tomé: Associação Lusófona de Energias Renováveis [versão pdf]. Retirado de <https://www.aler-renovaveis.org/contents/files/aler-relatorio-stp-nov2020.pdf>
- Nitahara, A. (2020, 28 de janeiro). *Nível dos rios no norte fluminense baixa e começa limpeza das ruas* [página online]. Retirado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/nivel-dos-rios-no-norte-fluminense-baixam-e-comeca-limpeza-das-ruas>
- Organização das Nações Unidas. (2021, 28 de fevereiro). *Small Island Developing States* [Página online]. Retirado de <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sids/list>
- Pereira, A. E., & Novelli, D. H. (2020, 22 de abril). *A ZOPACAS como a manifestação de um projeto de construção regional Brasileiro para o Atlântico Sul: uma leitura crítica (1986-2013)* [versão pdf]. *Revista Carta Internacional*, 15(1), pp. 234-257. doi:10.21530/ci.v15n1.2020.976
- Pichon, E., & Pietsch, M. (2020, março). Piracy in the Gulf of Guinea: EU and international action [versão pdf]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/649333/EPRS_BRI%202020%29649333_EN.pdf
- Pimentel, C. R. (2016, 13 de junho). *O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul* [versão pdf]. *Tensões Mundiais*, pp. 113-143. Retirado de <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/393>
- Portaria n.º 7/MB/MD, de 1 de março (2021). Fixa o efetivo distribuído por Corpos, Quadros e Graduações do Corpo de Praças da Marinha. Diário Oficial da União, Edição 26, Seção 1, Página 19. Brasília: Comandante da Marinha.
- Rego, A., Cunha, M. P., & Meyer Jr., V. (2019). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 17(2), 43-57. Retirado de <https://doi.org/10.12660/rgplp.v17n2.2018.78224>
- República Portuguesa. (2018, 10 de dezembro). *Projeto de cooperação em São Tomé e Príncipe é «investimento na segurança de Portugal» e «de um país amigo»* [página



- online]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=projeto-de-cooperacao-em-sao-tome-e-principe-e-investimento-na-seguranca-de-portugal-e-de-um-pais-amigo>
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2.ª ed., revista e atualizada)*. Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Universidade Lusíada.
- Silva, M. R. (2020). *A importância das relações Brasil-África na segurança do Atlântico Sul*. Pedrouços (TII do CPOG 2019/2020). Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Sousa, H. N. (2018, abril). *A segurança marítima no Golfo da Guiné: a arquitetura atual e o contributo da União Europeia* [versão pdf]. *CEDIS Working Papers*. Retirado de http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2020/08/CEDIS-working-paper_PDEMar_A-seguran%C3%A7a-mar%C3%ADtima-no-Golfo-da-Guin%C3%A9.pdf
- Taulois, P. L. (2020). *Operação de Manutenção da Paz de Caráter Naval: um instrumento integrador da segurança marítima no Golfo da Guiné* (Trabalho de conclusão do Curso de altos estudos de política e estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.
- Till, G. (2009). *Seapower: a guide for the twenty-first century*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- United States Africa Command. (2021, 15 de fevereiro). *History of U.S. Africa Command* [página online]. Retirado de <https://www.africom.mil/about-the-command/history-of-us-africa-command>
- United States Department of the Navy. (2020). *Business Operations Plan 2021-2023* [versão pdf]. Retirado de [DON_BUSOPS_Strategy_3.0_28OCT2020_final_MedRes.pdf](https://www.don.mil/Portals/0/Don/BUSOPS_Strategy_3.0_28OCT2020_final_MedRes.pdf) (navy.mil)
- World Bank Group and United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2017). *The Potential of the Blue Economy: Increasing Long-term Benefits of the Sustainable Use of Marine Resources for Small Island Developing States and Coastal Least Developed Countries* [versão pdf]. Retirado de <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/26843/115545.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



World Wide Fund for Nature. (2019, 12 de novembro). *O que se sabe até agora sobre o derramamento de óleo no Nordeste* [página online]. Retirado de https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?73944/O-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-derramamento-de-oleo-no-Nordeste



Anexo A – Apêndice A do artigo submetido para publicação “O surgimento do Corpo de Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe”, autor Arilson de Oliveira Filho (2017)

APÊNDICE A

“Extrato do correio eletrônico enviado ao Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO em 27 de julho de 2013.

“Excelentíssimo Senhor

Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO

CMDT DA MARINHA DO BRASIL

Excelência;

Inicialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para expressar nos seguintes pontos:

1º- Manifestar a minha satisfação pela gentileza da vossa parte em convidar para participar na LAAD Defense & Security 2013 (LAAD 2013), realizado no Rio de Janeiro, no período de 9 a 12 de abril de 2013.

2º- Manifestar de igual modo, as minhas sinceras desculpas pelo fato em última hora, ter cancelado a viagem. O fato deveu-se na apreensão de 2 navios petroleiros pela GCSTP, nas atividades ilícitas nas nossas ZEE, e por sua vez deu origem a um processo jurídico nas barras de tribunais onde, porém saímos vitoriosos.

A GCSTP sente-se honrada em poder VRF a evolução na área de cooperação estreitando-se cada vez mais o laço de amizade unindo as marinhas e seus dois povos.

Caro homologo e amigo.

Inicialmente, não gostaria de frisar o meu propósito nesta missiva sem ter que primeiramente dizer o quão importante uma Guarda Costeira forte, num País que se disponha de litoral em grande extensão que não identifique interesses no mar, onde devemos pensar numa política de Estratégia Marítima e Poder Naval nos mares, que prepare e empregue convenientemente o poder marítimo. Por mencionar no poder naval e nos mares, onde têm sido o caminho natural das forças coercivas durante as crises, torna-se fundamental dispor-se de UM PODER NAVAL, braço armado do Poder Marítimo, destinado a defender os interesses da nação no mar e, ali garantir-lhe a integridade a soberania e capaz de assegurar um patamar de dissuasão compatível com o vulto dos interesses em jogo.

Conforme acordado no último III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), numa das recomendações elencadas na ata, Recomendação nº



11, em que passo a citar: “A Marinha do Brasil e a Marinha Portuguesa disponibilizam equipes modulares para ações no âmbito de:

-Treino orientado ao desenvolvimento da capacitação no exercício das funções da guarda costeira (vigilância de espaços marítimos e exercício da autoridade no Estado do mar)” fim da citação.

A minha intenção

Do ponto de vista da capacidade de emprego, a nossa Guarda Costeira não pode realizar, em certa medida, qualquer das tarefas básicas inerentes ao Poder Naval, tais como: Controle da Área Marítima, Negar o uso do Mar, Projetar o poder sobre a Terra e na Contribuição para a Dissuasão, sem por esta ter uma Força Operacional no mar, chamada Força de Fuzileiros Navais.

Face ao exposto, assim como a MB hoje faz parte do historial da M. de Namíbia, como mentor na criação e capacitação de Forças de Fuzileiros, vem mui respeitosamente formular um convite a Marinha do Brasil, na criação de uma Unidade de Fuzileiros Navais, do Escalão uma CiaFuzNav em STP, viabilizando no envio da equipa de instrução a STP, onde poderá se juntar aos nossos corpos discentes que neste momento encontram-se formando no CIASC CFN.

No entanto, coloco à disposição de V. Excia, para esta coordenação, o atual ponto de contato da GCSTP, 1º Tenente FN Tomé Sousa.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração, fazendo votos no seu sucesso profissional.

Cordialmente,

IDALÉCIO JOÃO

Capitão de Fragata

Comandante da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe”



Apêndice A – Corpo de Conceitos

Quadro 1 – Quadro de Conceitos

| | |
|--|--|
| Águas interiores | Todas as águas do lado interno (na direção da terra) da linha de base de um Estado costeiro, ou seja, rios, lagos, mares internos, ancoradouros e certas baías. Compreende, também, o espaço marítimo entre o litoral e a linha de base estabelecida para a medição da faixa do mar territorial (MD, 2016). |
| <i>Amazônia Azul</i> ® | Conceito de natureza político-estratégica que compreende o Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva, a Plataforma Continental, as hidrovias e demais águas interiores brasileiras, com cerca de 5,7 milhões de km ² (MB, 2020). Este termo foi cunhado em 2004 pelo Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, então Comandante da MB, ao comparar as propriedades dessa área marítima com as do território amazônico, ambos abundantes em recursos naturais de importância estratégica para o Brasil (Carvalho, 2004). Em 14/12/2010 o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2020) brasileiro concedeu à MB o registro da marca <i>Amazônia Azul</i> ®. |
| Aprestamento | 1. Conjunto de medidas de prontificação ou preparo de uma força ou parte dela, especialmente as relativas à instrução, ao adestramento, ao pessoal, ao material ou à logística, destinado a colocá-la em condições de ser empregue a qualquer momento. 2. Procedimento pelo qual, unidades participantes de uma operação MD35-G-01 31/288 aeroterrestre se deslocam para estacionamento nas vizinhanças dos pontos de embarque, completam a preparação para o combate e aprontam-se para o embarque (MD, 2016). |
| Atividades Benignas | Operações em que não se prevê o uso da força. Aqui se incluem, destacadamente, as Operações Humanitárias, as de Apoio à Defesa Civil, as Ações Cívico-Sociais, entre outras (EMA, 2017, p. 5.1). |
| Atlântico Sul | Região compreendida entre o paralelo 16° N, a costa ocidental da África, a Antártica, e o leste da América do Sul e das Antilhas menores e não apenas a porção desse oceano ao sul do Equador (MB, 2020b). O Atlântico Sul é parte importante do envolvente estratégico brasileiro, que de acordo com a PND inclui, ainda a América do Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (MD, 2020). |
| Capacidade Militar | Conceito aplicado no nível estratégico que representa a aptidão de uma Força Armada para executar as operações que lhe cabem como instrumento da expressão militar do poder nacional. É obtida mediante a combinação de soluções organizacionais que integram as áreas de doutrina, organização, adestramento, material, liderança, educação, pessoal e infraestrutura. No processo para definir as capacidades requeridas a cada Força, consideram-se, basicamente, as conjunturas nacional e internacional, as potenciais ameaças ao país e o grau de risco associado a essas ameaças (MD, 2016). |
| Combinado | Atividade, operação ou organização relacionada com ações militares de qualquer natureza – estratégica, operacional ou tática – em que tomam parte elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, operando sob um só comando. (MD, 2016). |
| Comissão do Golfo da Guiné | Criada em 03 de julho de 2001 e integrada por Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. |
| Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | Foro multilateral para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os países lusófonos. Os Estados membros são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. |
| Economia Azul | Conceito que busca, a partir do mar, promover o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ou melhoria dos meios de subsistência e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade ambiental dos oceanos e áreas costeiras pela implementação de políticas específicas para cada setor (World Bank Group and United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2017, p. vi). |



A cooperação brasileira no fomento da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul

| | |
|---|---|
| Emprego Limitado da Força | Operações em que as forças navais envolvidas exercem poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, respeitando regras de engajamento especificamente promulgadas para a operação, o que faz com que o emprego da força não se constitua no principal meio para se atingir um determinado fim. Nesta classificação, entre outras, estão as Operações de Paz, as de Garantia da Lei e da Ordem e a Patrulha Naval (EMA, 2017, p. 4.1). |
| Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais | Organização por tarefas para o cumprimento de uma missão específica, constituída por tropas de fuzileiros navais. Esta organização é estruturada por componentes, agrupados de acordo com a natureza de suas atividades (MD, 2016). |
| Guerra de Manobra | Estilo de guerra que visa comprometer o centro de gravidade do inimigo, por meio de ações rápidas e decisivas que neutralizem ou retardem sua capacidade de observação, orientação, decisão e ação, não lhe permitindo completar o ciclo decisório. Para isso procura, dentre outras medidas, destruir ou paralisar sua capacidade de comando e controle. A ideia é torná-lo incapaz de resistir coordenada e efetivamente, desencadeando ações que afetem moral, mental e fisicamente a coesão. Combina poder de fogo e movimento na proteção das forças, explorando o espaço da área de operações e atuando na vulnerabilidade mais crítica do oponente. A estrutura de comando e controle deve ser descentralizada de forma a permitir aos comandantes, dos diversos escalões, decisões oportunas e o controle da operação o mais próximo possível do tempo real (MD, 2016). |
| Guerra Naval | Emprego de navios de superfície, de submarinos, de aeronaves e de tropas, interligados por sistemas de comando, controle e comunicações e apoiados em bases estrategicamente posicionadas, tendo por tarefas: estabelecer e manter o controle de áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo e projetar poder sobre terra, visando a consecução de objetivos estratégicos que contribuam para a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais (MD, 2016). |
| “Oceanopolítica” | Política aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do “poder mundial”...tendo como áreas pivot: Brasil (no Atlântico Sul), Índia (Índico), Estados Unidos (Atlântico Norte e Pacífico Norte), China (Pacífico Norte) e Rússia (Ártico)” (Penha, Geografia política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, 2009, p. 132). |
| Operações de Garantia da Lei e da Ordem (ver Emprego Limitado da Força) | É uma operação militar, realizada em território nacional, determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001) (MD, 2016). |
| Pirataria no mar | Segundo a <i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i> (UNCLOS), são as ações criminosas de violência, detenção ou depredação, cometidas com fins privados, pela tripulação de uma embarcação, em alto mar, contra outra embarcação ou mesmo a operação de uma embarcação que tenha por propósito a realização de atos criminosos. Ou ainda, o apoio e facilitação desses atos criminosos (Organização das Nações Unidas [ONU], 1982). |
| Potência média regional | Estado que dispõe de potencialidades econômica, demográfica, territorial e de recursos naturais, ademais de sua atuação no sistema internacional na busca por tornar mais equilibrada a distribuição de poder, com a criação de dispositivos que contribuam para o desenvolvimento regional e de outros Estados emergentes. Mesmo assim, essas capacidades e potencialidades não lhe garantem a possibilidade de confrontar potências hegemônicas (Monteiro A. A., 2017, pp. 59-86). |
| Roubo armado contra navios | São crimes de mesma natureza da pirataria (ver Pirataria no mar), mas perpetrados em águas interiores, águas arquipelágicas ou no mar territorial dos Estados (até 12 milhas náuticas), conforme definido pela <i>International Maritime Organization</i> (IMO) (2009). |



| | |
|--------------------|--|
| Segurança Marítima | Na língua portuguesa este termo apresenta ampla percepção. Na língua inglesa ele é entendido em duas vertentes: a <i>maritime safety</i> e a <i>maritime security</i> . Para o Almirante Monteiro (2017), a diferença crucial entre estas vertentes reside na intencionalidade humana. Assim, neste trabalho, as ações que tragam riscos e danos aos bens, aos recursos naturais ou ao meio ambiente dos Estados (ou de seus nacionais) quer pela prática inadequada das atividades marítimas, devido a negligência ou imprudência, quer por fatores naturais, serão consideradas na vertente <i>safety</i> . As ações que tragam tais prejuízos pela prática criminosa com a finalidade de auferir vantagens para si ou causar prejuízos a terceiros são as da vertente <i>security</i> e serão as analisadas neste trabalho. |
|--------------------|--|



Apêndice B – Arquitetura da Segurança Marítima no Golfo da Guiné

Maritime safety and security architecture in the Gulf of Guinea (Yaoundé Architecture)

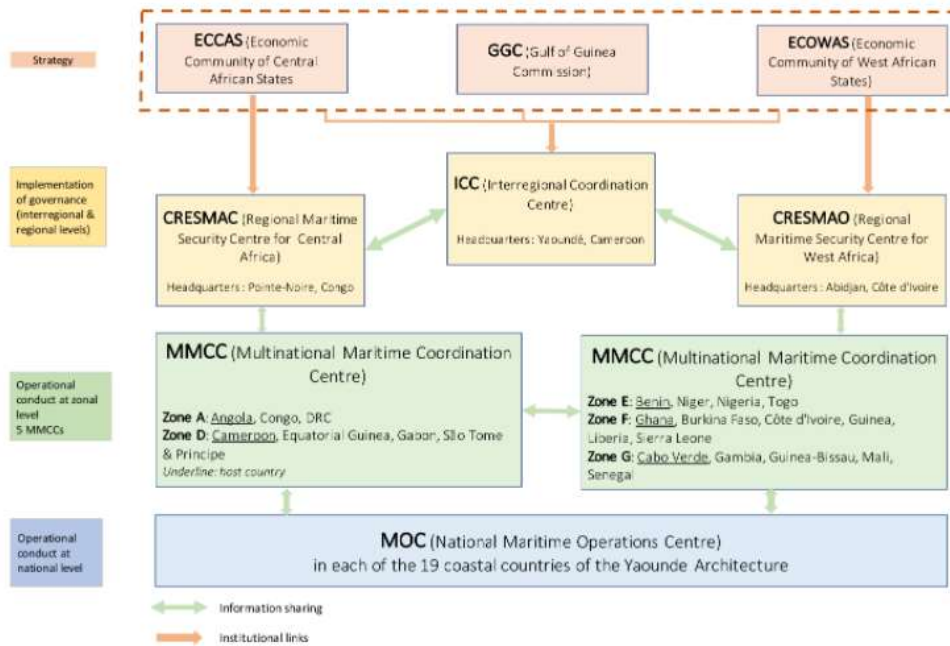


Figura 6 - Arquitetura de Yaoundé para a Segurança Marítima no Golfo da Guiné

Fonte: <https://www.gogin.eu/en/about/yaounde-architecture/>

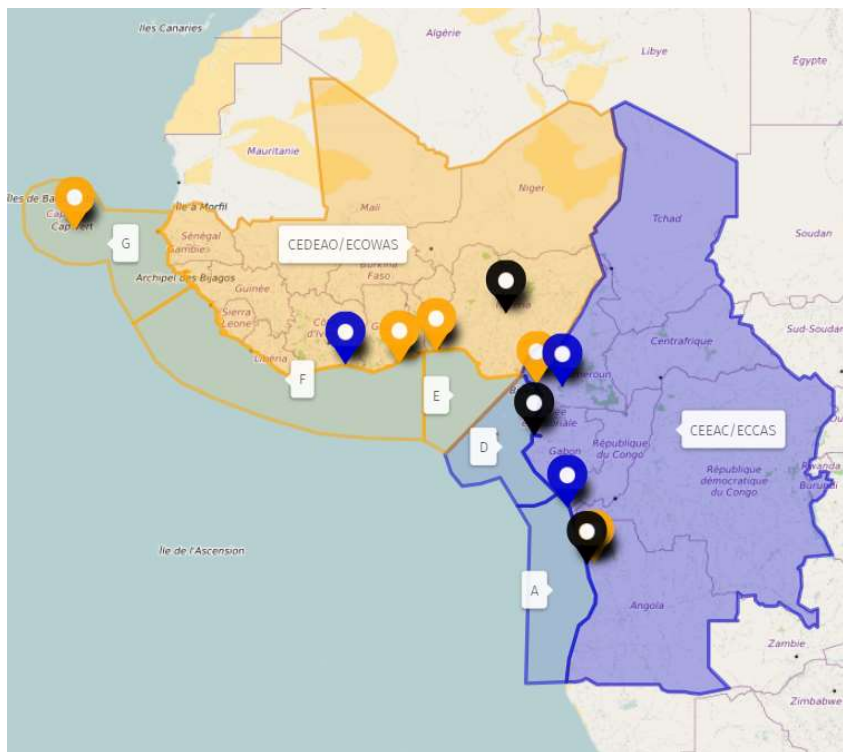


Figura 7 – Zonas Operacionais Marítimas do Golfo da Guiné (Arquitetura de Yaoundé)

Fonte: <https://www.gogin.eu/en/about/yaounde-architecture/>



Apêndice C – Guiões das entrevistas semiestruturadas

I - Entrevista para os militares da GCSTP

1) Qual o seu nome, posto e função que exerceu/exerce relacionada às ações de cooperação entre a Marinha do Brasil (MB) e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP) (Sua identificação é opcional e, caso não queira fazê-lo, asseguro vosso anonimato em meu trabalho de pesquisa)?

2) Quais capacidades necessárias à GCSTP foram buscadas na cooperação com a MB? As atividades realizadas através da cooperação desenvolveram/aprimoraram a sua capacidade de realizar as tarefas sob a responsabilidade dos Fuzileiros Navais (FN) da GCSTP?

3) A doutrina apresentada nas atividades de cooperação tem contribuído para o desenvolvimento da doutrina dos FN da GCSTP? Essa doutrina tem aprimorado a capacidade dos FN da GCSTP executarem suas tarefas?

4) Considerando os aspetos do pessoal e da estrutura organizacional, a cooperação com a MB tem contribuído para a evolução da organização dos FN da GCSTP?

5) As atividades de ensino realizadas na cooperação têm contribuído para o desenvolvimento dos FN da GCSTP? Essas atividades têm contribuído para o desenvolvimento do ensino na GCSTP?

6) A cooperação tem contribuído para o desenvolvimento das atividades de adestramento dos FN da GCSTP? Esses adestramentos têm contribuído para aprimorar as capacidades dos FN da GCSTP para o cumprimento de suas tarefas?

7) Quanto às perguntas anteriores, do seu ponto de vista, atribua um grau de 1 a 5 para a relação de causalidade entre as ações de cooperação e as evoluções que percebeu nos FN da GCSTP, onde 1 significa que as ações de cooperação não contribuíram e 5 que as ações de cooperação contribuíram decisivamente para esta evolução. Se necessário, atribua um grau para cada um dos aspetos que tenha considerado (doutrina, organização, ensino e adestramento).

8) Desde o início da cooperação, o Sr. percebeu alguma evolução na atribuição de responsabilidades à Unidade de FN da GCSTP, a partir dos escalões superiores?

9) Percebeu alguma repercussão internacional relevante (por parte de vizinhos regionais ou outros com interesses diversos em STP) decorrente das ações de cooperação da GCSTP com a MB?



10) Tomou conhecimento de algum outro Estado africano que tenha demonstrado interesse no estabelecimento de cooperações similares às realizadas com a GCSTP?

11) Como o senhor percebe o modelo de cooperação desenvolvido entre a GCSTP e a MB, com a realização de cursos no Brasil, como preparação para a criação/desenvolvimento de cursos, de forma cooperativa, em seu país? Como o senhor vê a presença prolongada dos integrantes do GAT-FN (inclusive com suas famílias) em contrapartida às cooperações de curto prazo, com equipes móveis de treinamento para a realização de atividades específicas?

12) Do seu ponto de vista, o senhor poderia relacionar três aspectos positivos e três aspectos negativos da cooperação entre a GCSTP e a MB.

II - Entrevista para os militares da Marinha do Brasil

1) Qual o seu nome, posto e função que exerceu/exerce, relacionada às ações de cooperação entre o Brasil e a GCSTP (Sua identificação é opcional e, caso não queira fazê-lo, asseguro vosso anonimato em meu trabalho de pesquisa)?

2) Quais eram/são as tarefas do GAT-FN no período que exerceu sua função?

3) Qual era a doutrina (publicações doutrinárias ou documentos que orientavam as atividades operativas e origem) empregada pelos FN da GCSTP no período que exerceu sua função? Durante este período, houve alguma evolução/alteração/aprimoramento dessa doutrina?

4) Como estavam organizados (efetivos de pessoal e estrutura organizacional) os FN da GCSTP no período em que exerceu sua função? Durante este período, houve alguma evolução nessa organização?

5) Quais eram as atividades de ensino desenvolvidas no âmbito dos FN da GCSTP no período que exerceu sua função? Como se desenvolviam estas atividades e quem eram os responsáveis por sua condução? Durante este período, houve alguma evolução nessas atividades?

6) Quais eram os adestramentos (frequência e objetivos) realizados pelos FN da GCSTP no período que exerceu sua função? Durante este período, houve alguma evolução nesses adestramentos?

7) Quanto às perguntas anteriores, do seu ponto de vista, atribua um grau de 1 a 5 para a relação de causalidade entre as ações de cooperação e as evoluções percebidas, onde 1 significa que as ações de cooperação não contribuíram e 5 que as ações de cooperação



contribuíram decisivamente para esta evolução. Se necessário, atribua um grau para cada um dos aspetos que tenha considerado.

8) Durante seu período no GAT-FN, o Sr. percebeu alguma evolução na atribuição de responsabilidades aos FN da GCSTP, a partir dos escalões superiores, fruto do desenvolvimento de suas capacidades?

9) Percebeu alguma repercussão internacional relevante, por parte de vizinhos regionais ou outros com interesses diversos em STP, decorrente das ações de cooperação desenvolvidas pela MB?

10) Tomou conhecimento de algum outro Estado africano que tenha demonstrado interesse no estabelecimento de cooperações similares às realizadas com STP?

11) Qual a percepção do Sr. quanto à efetividade do modelo de cooperação desenvolvido pelo Corpo de Fuzileiros Navais junto aos FN de STP (realização de cursos no Brasil como preparação para a criação/desenvolvimento de cursos, de forma cooperativa, nos respetivos países)?

III - Entrevista para o antigo comandante do NRP ZAIRE

1) Qual a função que exerceu em apoio à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GC-STP)?

2) Durante seu comando do NRP ZAIRE, o senhor participou de algum treino ou operação com os Fuzileiros Navais (FN) de STP?

3) Caso afirmativo para a resposta anterior, como percebeu o desempenho dos FN de STP, quanto às suas capacitações para as ações que realizaram, considerando aspetos relacionados com a organização, doutrina e treino?

4) Durante o período do seu comando, percebeu alguma evolução nos FN de STP do ponto de vista organizacional, doutrinário e operacional, a despeito da limitação de recursos locais?



Apêndice D – Matriz de análise de conteúdo

Quadro 3 – Matriz de análise de conteúdo das entrevistas

| Objetivo Específico (categoria) | | Analisar a cooperação entre os FN do Brasil e de STP. |
|------------------------------------|--|---|
| Cooperação com os FN da GC-STP | | |
| Dimensão (subcategoria) | Unidades de Registo (UR) | Excertos das entrevistas (unidades de contexto) |
| Evolução das Tarefas do GAT-FN STP | UR1 – Tarefas GAT-FN STP 2014-2015 | - “realizar o processo seletivo dos candidatos ao curso de formação de Soldados FN” (E5); e - “conduzir o curso de formação de Soldados FN” (E5) |
| | UR2 – Tarefas GAT-FN STP 2015-2016 | - “tarefa principal executada pelo GAT FN STP era formar uma turma de Soldados FN” (E6) |
| | UR3 – Tarefas GAT-FN STP 2016-2017 | - Assessorar ...a criação de uma Companhia de FN, com 120 militares” (E7); - “Conduzir o curso de formação de Soldados FN” (E7); - Assessorar ...adestramento, liderança e aprimoramento estrutural e organizacional” (E7); e - “Prever treinamentos e [...] planejar operações” (E7) |
| | UR4 – Tarefas GAT-FN STP 2017-2018 | - “conduzir um curso de formação de Soldados FN [...] concluir a meta [...] 120 Soldados” (E8); - “planejamos e preparamos tudo que era necessário para que, em 2018, fosse realizado o primeiro curso de especialização de Cabos FN, da especialidade de Infantaria” (E8); e - “preparamos diversos militares do CFN de STP para que, a partir daquele ano, fossem instrutores dos cursos de formação de Soldados FN” (E8). |
| | UR5 – Tarefas GAT-FN STP 2019-2020 | - “assessorar a UFN de STP em sua organização” (E9); - “supervisionar o curso de formação de Soldados FN” (E9); e - “assessorar a UFN de STP no desenvolvimento do seu adestramento [treinamento]” (E9) |
| | UR6 – Tarefas GAT-FN STP 2020-2021 | - “assessorar a UFN de STP em sua organização”; - “Supervisionar a execução de um curso de especialização de Cabos FN”; e - “Assessorar a UFN no desenvolvimento do seu adestramento [treinamento]”. |
| Doutrina | UR7 – A doutrina brasileira contribuiu para o desenvolvimento de capacidades dos FN de STP | - “Nossas doutrinas são brasileiras [...] é a que seguimos no fogo do combate. É essa doutrina que nos aprimora e dá capacidade das tarefas diárias” (E1). - “Afirmativo, [a doutrina apresentada nas atividades de cooperação tem contribuído para o desenvolvimento da doutrina dos FN da GC-STP]. A UFN é uma força de referência nacional e a doutrina brasileira nos tem aprimorado” (E2). - “Sim, estamos escrevendo nossa doutrina com os brasileiros do GAT-FN” (E3). - “[a doutrina apresentada nas atividades de cooperação] tem aprimorado a capacidade dos FN da GC-STP executarem suas tarefas” (E4). - “As publicações utilizadas [no curso de Soldados 2014] foram, principalmente as da série CGCFN” (E5) |



A cooperação brasileira no fomento da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul

| | | |
|----------|---|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">- “A doutrina empregada foi a mesma utilizada pelo CFN da MB [...] os adestramentos e instruções ministrados tinham como base doutrinária a série de publicações do CGCFN” (E6);- “A doutrina empregada pelos FN da GC-STP era fundamentada nas publicações brasileiras constantes do currículo do curso de Soldados” (E7)- “Durante todo o período do GAT-FN 2017 as publicações usadas e a doutrina empregada foi a do CFN” (E8)- “A doutrina é basicamente a do CFN do Brasil que, com pequenas alterações, foi empregue pelos FN da GC-STP” (E9)- “A Unidade FN de STP utiliza como referência para os cursos e adestramentos um condensado da doutrina da MB” (E10) |
| Doutrina | UR8 – Evolução da doutrina de FN de STP | <ul style="list-style-type: none">- A cooperação contribuiu decisivamente para a evolução da doutrina de FN de STP (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E10)- A cooperação contribui para a evolução da doutrina de FN de STP, porque, em alguns aspetos, essa doutrina advém do Exército de STP (E7)- “atualização doutrinária em procedimentos técnicos para Controle de Distúrbios e prática de Garantia da Lei e da Ordem a partir das experiências mais recentes do Brasil nessas atividades” (E10) |
| Ensino | UR9 – Ensino do GAT contribuiu para desenvolver capacidades dos FN de STP | <ul style="list-style-type: none">- “Sim”, [as atividades de ensino realizadas na cooperação têm contribuído para o desenvolvimento dos FN da GC-STP] (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10)- “De 2014 para cá, nota-se uma grande evolução” [nos FN da GC-STP] (E4)- “Os responsáveis pela execução [do curso de Soldados] foram os militares brasileiros” (E5)- “É inegável ver, ao término do curso de formação [de Soldados], o profissionalismo adquirido pela tropa de FN de STP” (E6). |
| Ensino | UR10 – Cooperação contribuiu para o desenvolvimento do ensino dos FN de STP | <ul style="list-style-type: none">- “[A GC-STP tinha como objetivo da cooperação com a MB] formar militares FN bem adestrados (treinados) [e ter a capacidade de] prosseguir com suas formações até o nível de Sargentos” (E1)- “Hoje já somos nossos próprios instrutores e o GAT pode supervisionar. Já formamos nossos Soldados e Cabos com o que o Brasil nos ensinou” (E1).- “Essas atividades [de cooperação] têm contribuído significativamente para o desenvolvimento do ensino dos FN, tanto que nos deu a capacidade hoje de conduzir tanto o curso de Soldado bem como o de especialização em Infantaria para Cabos FN com os nossos próprios instrutores” (E2).- “Nos últimos dois nós mesmo fomos instrutores. Temos muito orgulho disso. Aprendemos com o Brasil a formar nossos fuzileiros” (E3).- “já termos a capacidade de formar os nossos Soldados, Cabos fuzileiros navais” (E4).- “[as disciplinas do curso contavam] com um instrutor da MB e um auxiliar da Companhia de FN da GC-STP” (E7)- “também foi ministrado [em 2017] um curso de Técnicas de Ensino e a preparação completa dos militares de STP selecionados, para que no ano seguinte fossem os instrutores do curso” (E8)- “preparamos tudo que era necessário para que, em 2018, fosse realizado o primeiro curso de especialização para [Cabos] FN” (E8).- “Em 2019, foram capacitados 15 militares [da GC-STP] com curso de Técnica de Ensino. [Foi também o primeiro curso de Soldados] onde os instrutores foram parcialmente santomenses” (E9).- “[Em 2020] foi o primeiro curso de especialização [de Cabos] realizado por instrutores santomenses e supervisionado pelo GAT” (E10). |



A cooperação brasileira no fomento da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul

| | | |
|-------------|--|---|
| | | <p>- Sim, [a cooperação contribuiu decisivamente para a evolução do ensino de FN em STP] (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10).</p> |
| Organização | UR11 – Cooperação contribuiu para o desenvolvimento da organização da UFN de STP | <p>- “Sim, [a cooperação com a MB contribuiu decisivamente para a evolução da organização dos FN da GC-STP]” (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10).</p> <p>- “A estrutura organizacional é uma mistura da estrutura portuguesa e brasileira. Os nomes são portugueses porque é mais comum do nosso linguajar. Mas funciona como no Brasil” (E1).</p> <p>- “[Em 2021] vejo uma Unidade criada com atuais 126 fuzileiros [...] uma estrutura formada” (E1).</p> <p>- “junto com a cooperação da MB, temos vindo a trabalhar em vários documentos normativos de forma a organizar e estruturar a UFN” (E2).</p> <p>- “estamos organizados como Organização Militar nos moldes brasileiros” (E3).</p> <p>- “A organização da UFN de STP é um aspeto positivo [da cooperação com a MB]” (E3).</p> <p>- “[Em 2014, a UFN de STP era formada por] 02 Oficiais e 07 Praças” (E5).</p> <p>- “[Em 2015, a UFN de STP era formada por] 24 militares” (E6).</p> <p>- “[Em 2016, a UFN de STP contava com] 24 militares da turma de 2014, 38 militares da turma de 2015 e alguns SG e Oficiais formados no Brasil e em Portugal” (E7).</p> <p>- “[Em] 2017, [a UFN de STP] era formada por 93 militares, sendo: 03 Oficiais, 04 Sargentos, 08 Furriéis e 78 CB/SD. Ao término do curso de 2017, foram incorporados mais 31 soldados e o efetivo da Unidade passou a ser de 124 militares” (E8).</p> <p>- “[Em 2019 a UFN de STP estava organizada como] uma Companhia de FN a 3 pelotões e um Estado Maior com suas seções” (E9).</p> <p>- “[Em 2020] a UFN estava organizada em uma Companhia de FN a 3 pelotões, sendo dois de infantaria e um de abordagem (GVI/GP), e um Estado Maior com suas seções. (10-40,20-30)” (E10).</p> <p>- “durante este período [2016] foi desenvolvido, em conjunto com os oficiais de STP a estrutura inicial da CiaFuzNav STP. Foi criado o organograma da CiaFuzNav, a estrutura administrativa-organizacional, e distribuídos os postos e graduações que comporiam cada função-incumbência (tabela de lotação). No que diz respeito à organização de pessoal, foi apresentada uma proposta de fluxo de carreira, obedecendo aos interstícios previstos na lei santomense e de acordo com a tabela de lotação proposta. A evolução na organização foi notável” (E7).</p> <p>- “Em 2019 foi dada continuidade à organização administrativa da UFN [...] com o planeamento de médio prazo [...] de fluxo de pessoal e de carreira” (E9).</p> <p>- “A partir de 2018, o foco passou para o aprimoramento do funcionamento da organização feita a partir de procedimentos entre os diversos setores da unidade para maior eficiência. Foram implantados instrumentos de controle e avaliação nas Seções, principalmente logística, secretaria do comando e operações” (E10).</p> |



A cooperação brasileira no fomento da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul

| | | |
|-------------|--|--|
| Treinamento | UR12 – A cooperação contribuiu para o desenvolvimento do treinamento dos FN de STP | <ul style="list-style-type: none">- “Sim. O GAT também ajuda no adestramento [...] fazemos no treino o que aprendemos nos cursos feitos em cooperação” (E1).- “Afirmativo. Eles são conduzidos por níveis como no Brasil. Começa com o individual e sobe até nível companhia” (E2).- “SIM, são nossos adestramentos do ano que treinam os militares, os pelotões e a companhia como total [...] Nossos militares estão treinando mais com a ajuda do GAT” (E3).- “Sem dúvida. Esses treinamentos têm contribuído para aprimorar as capacidades dos FN da GC-STP para o cumprimento de suas tarefas” (E4).- “[Um dos principais aspetos positivos da cooperação é a] assessoria nos cursos e treinamentos” (E4).- “No período anterior e posterior ao curso de Soldados, foram executados treinamentos diários, compostos por atividades solicitadas pelo Comandante do Núcleo de Implantação da Companhia de FN de STP” (E7).- “não fazia parte da cultura das Forças Armadas de STP o treinamento periódico [...] os FN santomenses compreenderam a sua importância [do treinamento] [...] houve grande evolução na formação da mentalidade e da capacidade de conduzir treinamento” (E7).- “Com a insistência e ajuda do GAT conseguíamos concentrar certo efetivo de FN de STP para realizar até dois adestramentos por semana” (E8).- “Dentre os principais adestramentos realizados, podemos destacar: Treinamento Físico Militar, Conduta Individual de Combate, Navegação Terrestre, Comunicações em Campanha, Primeiros Socorros, Defesa contra Agentes Químicos, Grupo de Combate e Esquadra de Tiro, Combate Ofensivo e Defensivo, Patrulhas, Controle de Distúrbios, Combate em Área Edificada, Fundamentos de Operações Anfíbias, Armamento e Tiro e Grupo de Visita e Inspeção e Grupo de Presa (GVI/GP), Defesa Pessoal e Natação Utilitária” (E8).- “pela primeira vez [em 2019] o início da aplicação do Programa de Preparação Combativa (PPC), semelhante ao nosso Plano Anual de Adestramento [brasileiro]” (E9)- “Sim, [a cooperação com a MB contribuiu decisivamente para a evolução do treino dos FN da GC-STP]” (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10).- “O treino [dos FN de STP], acompanhado por missões externas (portuguesa e brasileira) [...] tem tido bons resultados e aceitação” (E11) |
| Capacidades | UR13 – A cooperação contribuiu para o desenvolvimento de capacidades operacionais | <ul style="list-style-type: none">- “A cada ano assumimos mais tarefas que antes eram da polícia e do exército” (E1).- “A cooperação não só desenvolveu minha capacidade como sim a criou e deu todo o instrumental que utilizei para comandar” (E1).- “Desde a sua criação, a UFN esteve presente em todo o teatro de operações onde as Forças Armadas de STP se viram envolvidas, diferenciando-se desde a sua gênese, pela capacidade de não só operar em terra, mas também no mar” (E2).- “[Um dos principais aspetos positivos da cooperação é o] fortalecimento de capacidade técnica e operacional dos quadros militares da Guarda Costeira” (E2).- “Este ano [2020] as missões na rua foram todas dos Fuzileiros. Estamos muito bem vistos” (E3).- “graças à essa cooperação posso dizer com toda a certeza que sou um militar profissional, qualificado e capacitado” (E4).- “os FN de STP passaram a ter um status de tropa de elite do país” (E6). |



A cooperação brasileira no fomento da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul

| | | |
|--|---|--|
| Reconhecimento das capacidades dos FN de STP e da mais-valia da cooperação | UR14 – A cooperação contribuiu para o desenvolvimento da GC-STP | <ul style="list-style-type: none">- “A cada ano assumimos mais tarefas que antes eram da polícia e do exército. Isso mostra, pois, nossa referência” (E1).- “fazemos muitas missões agora. Este ano as missões na rua foram todas dos Fuzileiros. Estamos muito bem vistos” (E3).- “O primeiro-ministro [de STP] citou na ONU o apoio brasileiro [...] na formação dos FN do país” (E5).- “A GC-STP contava com a participação dos novos FN no combate à pirataria” (E5).- “os FN STP passaram a ter um status de tropa de elite do país, inclusive tendo um salário diferenciado com uma gratificação específica para o exercício das atividades de FN” (E6).- “Cabo Verde, Timor-Leste e Moçambique, extraoficialmente, através de seus Ministros de Defesa, durante o Encontro de MD da CPLP, realizado em STP em 2015, manifestaram interesse na implantação de programas de formação de FN, nos mesmos moldes da cooperação Brasil-STP” (E6).- “Ficou evidente durante eventos críticos ou especiais ocorridos no período do terceiro GAT-FN, a preferência por atribuir a responsabilidade aos FN da GC-STP. Como exemplos pode-se citar: a greve da polícia, escolha de novos seguranças para ministros de estado e políticos e operações com outros países, entre outros. A atribuição da responsabilidade de efetuar vistorias em embarcações, gradualmente ampliando a vigilância do Mar Territorial santomense também ficou evidente” (E7).- “os FN de STP eram vistos pelas autoridades santomenses como uma tropa de elite de suas Forças Armadas. Normalmente, eram escalados para missões delicadas e que exigiam maior grau de confiança nas ações da tropa, como, por exemplo, a segurança de autoridades e de instalações sensíveis” (E8).- “tivemos dois contatos com os FN de Portugal [...] [em] abril 2017 [...] [e] janeiro de 2018...Em ambas as situações os FN portugueses elogiaram o nível dos santomenses” (E8).- “[Em 2020] houve 5 acionamentos de missões reais no país [...] com os FN a frente [...] [os] FN para atuarem nas áreas de... isolamento de pessoas com COVID e na montagem do Hospital de Campanha [...] [nestas] ações [...] foram utilizados fuzileiros em detrimento do exército e da polícia local” (E10).- “No dia 02 de outubro [de 2020] ocorreu um seminário online [com o] <i>Marine Corps Security Cooperation Group</i> sobre a experiência do Brasil em STP [...] Segundo participantes do <i>Marine Forces Europe e Africa</i>, a participação do Brasil em GAT na África é tida como excelente exemplo de cooperação de longa duração” (E10).- “No que diz respeito ao desempenho dos FN de STP, verifica-se que existe uma evolução na sua organização e atuação” (E11).- “Os recursos materiais e o investimento em novos equipamentos revelam-se como a maior fragilidade e constrangimento [da GC-STP] (E11). |
| Relacionamento MB e GC-STP | UR15 – A presença do GAT em STP amplia o relacionamento entre os FN de ambos os países. | <ul style="list-style-type: none">- “A presença do GAT-FN [...] lhes dão a capacidade de inteirar e relacionarem melhor no dia a dia da unidade, e assim podem dar uma melhor contribuição para o desenvolvimento da UFN” (E2).- “esse modelo [de cooperação] é o ideal, mas no que diz respeito aos cursos que ainda não temos capacidades de desenvolver aqui internamente, seriam prioridade as vagas [...] no Brasil” (E2).- “Na minha percepção, observo que a integração e a presença prolongada dos integrantes do GAT-FN, vieram fortalecer e melhorar a UFN-GC quer no que tange a formação, intercâmbios ao nível profissional e assim como relacionamento pessoal. As suas famílias consideramos como parte integrante da família santomense” (E3).- “Essa presença prolongada, tem nos guiado e nos tornado militares cada vez mais profissionais” (E4).- “É de suma importância a realização de cursos no Brasil por militares de STP” (E9). |



Apêndice E – Vagas em cursos da Marinha do Brasil disponibilizadas a países africanos

Quadro 4 – Vagas em cursos da Marinha do Brasil disponibilizadas a países africanos

| País | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-------------|
| África do Sul | 1 | 1 | 1 | | 1 | | | | | | | | 4 |
| Angola | 1 | 1 | | 18 | 15 | 16 | 20 | 18 | 4 | 4 | 2 | 0 | 99 |
| Cabo Verde | | | | | | 2 | 4 | 4 | 25 | 32 | 19 | 10 | 96 |
| Camarões | | | | | | | 1 | 0 | 0 | 2 | 4 | 6 | 13 |
| Guiné-Bissau | | | | | | | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| Moçambique | | | 2 | 5 | 3 | 2 | | | | | | | 12 |
| Namíbia | 189 | 149 | 153 | 147 | 136 | 87 | 60 | 62 | 82 | 31 | 16 | 4 | 1116 |
| Nigéria | | | 1 | | 1 | 2 | 0 | 7 | 1 | 2 | 0 | 0 | 14 |
| São Tomé e Príncipe | | | | | 10 | 6 | 8 | 4 | 1 | 7 | 6 | 4 | 46 |
| Senegal | | | | 1 | 2 | 5 | 14 | 11 | 9 | 10 | 11 | 15 | 78 |
| Total | 191 | 151 | 157 | 171 | 168 | 120 | 107 | 106 | 124 | 90 | 58 | 39 | 1482 |

Fonte: Adaptado a partir de dados da Divisão de Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada, recebidos por e-mail em 03 de março de 2021.